

37-0004/2011

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP2
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

REQUERIMENTO SUBCOMISSÃO

37 - 0004 / 2011

DE

2011

MATÉRIA LEGISLATIVA:

RSC

37 - 0004 / 2011

DE

11/08/2011

PROMOVENTE:

VEREADOR

ITALO CARDOSO

EMENTA:

REQUER CRIAÇÃO DE SUBCOMISSÃO PARA ACOMPANHAR A ABERTURA
DOS ARQUIVOS DA DITADURA MILITAR E SUAS DECORRÊNCIAS NO
ÂMBITO DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA
DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, SEGURANÇA PÚBLICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

ARQUIVADO EM 08/05/2014

Ubirajara F. Prestes Filho

CHEFE DE SEÇÃO
UBIRAJARA DE F. PRESTES FILHO
Consultor Técnico Legislativo - História
Supervisor do Arquivo Geral - SGP.33
RF: 11215

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 01	do Proc.
Nº 37-0004	de 2011
Maria Aparecida M. G. Nicker	
Técnico Administrativo	
RF 11.110	

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS,
CIDADANIA, SEGURANÇA PÚBLICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

São Paulo, 11 de agosto de 2011

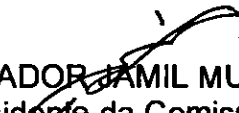
À SGP.1
Sr. Secretário37 - RSC
37- 00004/2011

Em atendimento a requerimento de autoria do nobre Vereador Ítalo Cardoso aprovado em reunião da Comissão em epígrafe em 07 de abril de 2011, foi criada a Subcomissão Temporária para Acompanhar a Abertura dos Arquivos da Ditadura Militar e suas Decorrências, sob a presidência do autor do requerimento.

A constituição da subcomissão encontra fundamento no artigo 55 do Regimento Interno desta Casa.

Posto isso, considerando a relevância dos trabalhos desenvolvidos, a necessidade de disponibilizar o conteúdo dos trabalhos para futuras consultas, bem como permitir a adequada localização dos documentos, além de facultar a possibilidade de envio ao competente departamento de arquivo da Edilidade, solicito a indexação do presente documento.

Sala da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos
Humanos, Cidadania, Segurança Pública e Relações Internacionais.


VEREADOR JAMIL MURAD
Presidente da Comissão

11.11.11
OS 0
11.11.11
11.11.11

Segue(m) juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob nº
2 a 3 e folha de Informação
sob nº 4. 17.08.2011

[Handwritten signature]

Maria Aparecida M. G. Nicker
Técnico Administrativo
RF 11.110



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
21º GV

Folha nº 2	do Proc.
Nº 37-0004	de 20 11
Maria Aparecida M. G. Nizer	
Técnico Administrativo	
RF 11.110	

Senhor Presidente

Considerando que 19 de março de 2009, a Comissão Extraordinária de Direitos Humanos, Cidadania, Segurança Pública e Relações Internacionais constituiu Subcomissão para acompanhar a abertura dos arquivos da ditadura militar e suas decorrências;

Considerando que a Corte Interamericana de Direitos Humanos que pertence à OEA (Organização dos Estados Americanos), condenou o Brasil, recentemente, por não ter investigado crimes cometidos pela ditadura na repressão à Guerrilha do Araguaia, nos anos 70;

Considerando que a referida Corte determinou que o Estado brasileiro deve realizar todos os esforços para determinar o paradeiro das vítimas desaparecidas e, se for o caso, entregar os restos mortais a seus familiares;

Considerando que tramita no Congresso Nacional, o projeto de Lei que institui a Comissão Nacional da Verdade, instrumento essencial para que os arquivos da ditadura militar sejam totalmente abertos;

Considerando que o projeto de lei em questão possibilita à Comissão da Verdade requisitar informações, dados e documentos, de órgãos e entidades do Poder Público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
21º GV

Folha nº 3	do Proc.
Nº 37-0004	de 2011
Maria Aparecida M. G. Nicker	
Técnico Administrativo	
RF 11.110	

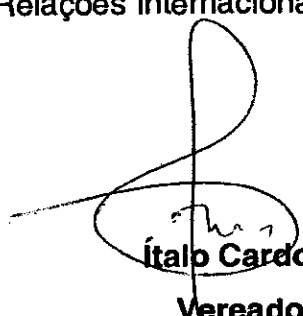
Considerando que esta Casa constituiu em 1990, CPI para investigar as irregularidades da vala de Perus, onde foram encontradas 1.049 ossadas de indigentes, presos políticos e vítimas dos esquadrões da morte;

Considerando que a CPI concluiu pela necessidade de continuidade das investigações e que parte das ossadas ainda não foram identificadas e persiste ainda a obscuridade sobre este período;

REQUEIRO,

a designação de novos integrantes para a referida Subcomissão para que os trabalhos sejam ordinariamente retomados.

Sala da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos, Cidadania, Segurança Pública e Relações Internacionais, 07 de abril de 2011.



Ítalo Cardoso

Vereador

Líder do PT

SRM/srm



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Secretaria das Comissões – SGP.1

Folha nº 4 do Proc.
Nº 37-0004 de 2011
Maria Aparecida M. G. Nicker
Técnico Administrativo
RF 11.110

TID 7977301

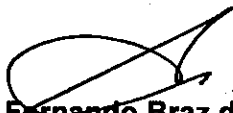
Papel para informação, rubricado como folha nº 04

Ao SGP.2 – Senhor Secretário

Ref.: Constituição de Subcomissão

Em atendimento a determinação do Vereador Jamil Murad, Presidente da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Segurança Pública e Relações Internacionais, solicito autuar.

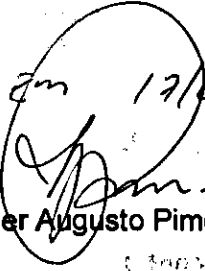
16/08/2011


Luis Fernando Braz de Araújo
Secretário das Comissões – SGP.1

A SGP. 01

Sr. Secretário,

Efetuada a autuação, conforme solicitação de V.S.^a encaminho o processo para as providências necessárias.


Jader Augusto Pimenta
Secretário de Apoio Legislativo – Substituto

SGP.2

À SGP. 13 – Senhora Supervisora,

Para prosseguimento.

S. P., 18/08/11.

Monica R. A. Paiva
Monica R. A. Paiva

Supervisora-SGP.11

À

Comissão de Direitos Humanos

Sr. Secretário,

Para as devidas providências.

S.P. 18/08/11

Acellina A. Oliveira

Supervisora

RF 10.963 - SGP-13

Segue(m) juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
nº 527 e folha de informação
sob nº 18/08/11

Alfredo Campos Adorno
Secretário de Comissão
RF 11.103 - SGP-13



Ao Senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos
Vereador Jamil Murad

Senhor Vereador,

Passo às mãos de Vossa Excelência o processo nº RSC 37-0004/2011 que trata da criação da "Subcomissão para Acompanhar a Abertura dos Arquivos da Ditadura Militar e suas Decorrências", informando que estão nesta Secretaria da Comissão documentos, conforme segue:

- ◆ Notas Taquigráficas da reunião ordinária da Comissão de DH, realizada em 07/04/2011, ocasião em que foram designados, nos termos regimentais, os nomes dos membros que compõem a Subcomissão em tela;
- ◆ Documentos (Notas Taquigráficas, requerimento do Vereador Ítalo Cardoso), do ano de 2009, referentes ao funcionamento de Subcomissão correlata a essa, com as mesmas funções e estudos voltados à Abertura dos Arquivos da Ditadura Militar.

18/08/2011

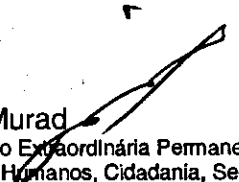

Alfredo Adorno

Secretário da Comissão Extraordinária Permanente
de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Segurança Pública e
Relações Internacionais

À Secretaria da Comissão
Senhor Secretário,

Determino a juntada de toda a documentação citada a este processo RSC 37-004/2011, a fim de servir como subsídios os trabalhos da Subcomissão em tela.

18/08/2011


Vereador Jamil Murad

Presidente da Comissão Extraordinária Permanente
de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Segurança Pública e
Relações Internacionais



folha nº	06	do processo
nº	37-0004	de 2011
Alfredo de Campos Adorno		
RF 11.103 - SGP-13		

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

SOLICITANTE: VEREADOR JAMIL MURAD

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 7 de abril de 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) - Boa tarde. Como Presidente da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Segurança Pública e Relações Internacionais, constato que há quorum.

Estão presentes os Srs. Vereadores: Jamil Murad, Agnaldo Timóteo, Juliana Cardoso, Juscelino Gadelha e Marta Costa.

Agradecemos as lideranças presentes que representam importantes segmentos da nossa sociedade e pretendemos fazer, em conjunto, um trabalho profícuo em defesa dos Direitos Humanos, da cidadania, da segurança e de um convívio harmonioso entre os habitantes desta cidade.

Proponho um minuto de silêncio devido aos assassinatos ocorridos em uma escola no Rio de Janeiro e a todas as vítimas de intolerância ocorrida nos últimos tempos.

- Minuto de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) - Obrigado.

Caros Vereadores e lideranças que representam importantes segmentos da nossa sociedade, anuncio a presença das Sras.: Marineuza Medeiros, União de Negros pela Igualdade; Maria Auxiliadora Silva, do Centro Oscar Romero de Defesa dos Direitos Humanos; e dos Srs., Claudio Aureliano Moreira, Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil; Nazareth Cupertino, Fórum de Assistência Social do Padre Lédio Milanêz; Ruan Plassaras, FAS; Oriana Maculet, ONG Presença América Latina; Carmelo Cardoso, Associação Beneficente da Comunidade de Boqueirão. Agradeço mais uma vez a participação dos senhores.

A nossa missão é difícil e os tempos atuais estão mostrando isso. Há uma escalada de intolerância, de crimes caracterizados como crimes de ódio atingindo moradores de rua, nordestinos, comunidade negra, setores de diversidade sexual, crimes de homofobia, crimes praticados no seio de torcidas organizadas e ameaças de vários tipos. No Estado de São

Paulo, a Polícia Civil, através da Delegacia de Crimes Raciais e de Delitos de Intolerância, o Decradi, identificou 25 gangues e 200 militantes dessa ideia da intolerância, isto é, pessoas que praticam e com ações que giram em torno dos chamados crimes de ódio. A polícia abriu 130 inquéritos, não sabemos qual o andamento disso e quais as medidas tomadas.

Recentemente, vimos uma manifestação de um deputado. Algumas pessoas que participam desta reunião trouxeram a questão do Deputado Federal Jair Bolsonaro, do Rio de Janeiro, que praticou crime de homofobia e de racismo. O mandato parlamentar não permite isso. Não existe imunidade para isso.

Somos uma sociedade diversificada. Se olharmos Santa Catarina e Rio Grande do Sul, veremos um componente grande de imigrantes italianos e alemães. Se formos para a Bahia veremos uma porcentagem enorme de brasileiros afrodescendentes. Se formos para o Acre veremos uma porcentagem enorme de descendentes de índios. Então, o Brasil é diversificado. Não é por vontade de um ou outro, o Brasil se formou assim. Só poderemos viver em harmonia e ter uma Nação unificada, buscando seu progresso e bem-estar com respeito à diversidade, às diferenças.

Na nossa sociedade, inclusive no Brasil, existem pessoas que cultivam a ideia do racismo, da intolerância e, muitas vezes, se organizam. São pequenos grupos, se comparados à população, mas extrapolam para crimes de supressão de vidas, como tem sido mostrado.

Hoje, numa escola, pela manhã, um rapaz matou 12 alunos. Então, cabe às instituições da sociedade, como a Câmara Municipal de São Paulo, o Congresso Nacional, o Ministério Público, as entidades ligadas à Igreja, enfim, a um conjunto de instituições fazer uma análise sobre isso e se unir para defender a ideia de que a sociedade brasileira não pode aceitar o racismo, a homofobia e a intolerância. Porque se prevalecer a outra ideia, a do crime de ódio, como vai ficar o Brasil?

Vai se desintegrar? Porque não tem como uma nação diversificada como essa ficar segmento contra segmento, crimes sendo cometidos. E para uma prova do que estou falando, que precisamos tomar atitude, de chamar a sociedade para contribuir na defesa da própria

sociedade - isto aqui foi tirado ontem, dia 6: *Neonazistas ajudam a convocar ato cívico pró-Bolsonaro em São Paulo*. Não vou falar o local para não ajudar a fazer propaganda. (Risos) Mas está aqui. Quer dizer, são neonazistas, são núcleos pequenos, mas que têm convicção do que querem, praticam qualquer tipo de crime para instigar, destilar o ódio dentro da sociedade para jogar setores do povo contra outros setores do povo e quem vai sofrer é a nossa população. Não podemos aceitar isso.

Então, esta Comissão é extremamente importante e ela só pode cumprir sua missão se conseguirmos congregar os Vereadores que estão representando o conjunto de Vereadores, pois os que estão aqui representam o conjunto de Vereadores. Se congregarmos entidades e instituições da sociedade com o espírito de ajudar a sociedade brasileira. Ninguém vai se beneficiar disso, a não ser pequenos grupos que não têm nada a ver com o espírito do Brasil, que é uma sociedade que procura ter uma convivência entre os mais diferentes setores, ter uma tolerância. Então, queríamos dizer que esta Comissão tem um papel a jogar.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Juscelino Gadelha.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos. Mais uma vez, trabalhando juntos na Comissão de Direitos Humanos. Já é o sexto ano consecutivo que estamos aqui e acho que o papel desta Comissão para a sociedade é muito importante. Então, peço, Sr. Presidente, que, como o ano passa rápido, acho que temos de dar alguma resposta para a sociedade, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo. Por isso, acho que V.Exa. deve apresentar para nós ou juntos construirmos qual é a nossa meta até o final do ano; quais são as lutas que vamos encarar e quais são as conquistas que vamos tentar buscar. Porque, nas outras Comissões de Direitos Humanos que tivemos, fizemos várias ações. Por exemplo, visitar albergues. Conseguimos, de uma forma ou de outra, dar uma melhoradinha nos albergues; na questão dos moradores de rua, que eram agredidos pela Polícia Metropolitana e, também, quando a Prefeitura lavava a rua, dava banho dos moradores de rua, também isso já foi melhorado. Quer dizer, esta Comissão, aos poucos, também avança, diminuiu a desigualdade.

Então, peço a V.Exa. que possamos, talvez para a próxima reunião, apresentar uma meta de trabalho no final do ano para buscarmos um contexto onde vamos buscar nossa luta. Acho que, com isso, é a minha contribuição para esta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) - Quero agradecer sua contribuição, Vereador Juscelino. Sua experiência é extremamente importante e seu compromisso também.

Temos aqui uma proposta elaborada pela Vereadora Juliana e este Presidente de aprovarmos uma reunião conjunta para tratar de problemas dos Conselhos Tutelares.

Então, antes de avançar na discussão sobre plano de trabalho, queríamos saber se é possível já aprovarmos agora.

Tem a palavra a Vereadora Juliana.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Boa tarde a todos. Primeiramente, coloco-me à disposição desta Comissão. Nesses dois anos que estou nesta Casa, participei da Comissão da Criança e do Adolescente e da Comissão de Saúde, da qual atualmente sou Presidente. A pouca experiência que adquiri nessas duas comissões e em movimentos sociais dos direitos humanos, tento aplicar nesta Comissão, da qual fui convidada a participar por meio do Vereador Ítalo, que conversou bastante comigo. Então, estou aqui para aprender mais coisas e também para mostrar um pouco do que aprendi.

Sobre a questão da criança e do adolescente, penso que ela está mais direcionada ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente do que à Comissão da Criança e Adolescente. Hoje, o CMDCA trabalha com o Município e também com as deliberações das ações do Conselho Tutelar.

Na nossa última reunião, dia 28/01/11, ficou deliberado que essa forma, eleição individual dos Conselhos Tutelares, nesse período, prejudicou muito os trabalhos realizados em todas as regiões, porque há apenas uma colegiada de cinco conselheiros, que, além de ficarem responsáveis por discutir todas as ações de políticas públicas da região, também o são pelo trabalho colegiado. Então, a forma instituída pelo Prefeito na última eleição prejudicou demais os Conselhos, cujas ações em conjunto caíram por terra e cujas discussões não

avancaram. Se os Conselhos, que lutam por políticas públicas, estão perdendo seus direitos, consequentemente também estão as crianças, que estão sendo prejudicadas.

Por conta disso, conversando com os Vereadores Jamil Murad e Ítalo Cardoso, pensamos em fazer uma audiência pública que juntasse a Comissão de Direitos Humanos com a da Criança e do Adolescente, cuja tópica fosse o caráter deliberativo do CMDCA na perspectiva da eleição de 2011 para os Conselhos Tutelares da cidade de São Paulo, da qual participariam todos as organizações e os fóruns envolvidos, como o Fórum Municipal dos Direitos Humanos, o Conselho Municipal de Direitos Humanos, o Fórum de Assistência Social, a Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo, a Comissão da Criança e do Adolescente, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Associação dos Juizes para a Democracia, e a Secretaria de Participação e Parceria do Município, além dos fóruns regionais que estão mais presentes nas discussões, como o Fórum Regional de São Mateus e o Fórum Regional de Pinheiros.

Proponho, então, que essa audiência em conjunto se realize no próximo dia 14.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Uma vez apresentada, a proposta será votada logo após os pronunciamentos dos Srs. Vereadores.

Tem a palavra o Vereador Juscelino Gadelha.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Sr. Presidente, apoio e não me oponho à proposta da Vereadora Juliana Cardoso, porque entendo que essa seja uma luta. No entanto, penso que a Comissão de Direitos Humanos não tem por que participar diretamente da discussão sobre o Conselho Tutelar. É a Comissão da Criança e Adolescente que tem de se envolver nessa questão, que, na minha opinião, está fora do escopo da Comissão de Direitos Humanos, que tem de envidar esforços para debater questões mais específicas, como a de Perus, a das agressões ocorridas na Avenida Paulista, etc.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Vereador, esclareço que, apesar de a Comissão de Direitos Humanos se focar mais nos assuntos voltados à cidadania, como

segurança pública, ela também está apta a discutir assuntos mais abrangentes. Portanto, penso ser pertinente a ideia de ela compartilhar da discussão proposta pela Presidente da Comissão da Criança e do Adolescente.

Tem a palavra o Vereador Agnaldo Timóteo.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO – Sr. Presidente, caros colegas, amigos da imprensa, senhoras e senhores, boa tarde. Estava aqui matutando como somos vítimas do peso da mídia, que determina sempre o que devemos fazer. Lembro do que fizeram com a família da Escola Base: deixaram nela a marca terrível da pedofilia, ou seja, destruíram essa família. Lembro-me também que um dia caiu um prédio construído pelo Sérgio Naya. A Rede Globo disse para o povo brasileiro que o prédio havia sido construído com areia da praia, e 190 milhões de pessoas acreditaram. Como se isso fosse possível e como se ele fosse o pedreiro, o ajudante, o administrador. Destruíram-no e mataram-no.

Lembro-me que um dia a Polícia Federal algemou o ex-Prefeito Celso Pitta, levou-o como corrupto, como ladrão para a cadeia, e não vi nenhum movimento negro ir à porta da delegacia defendê-lo. Vocês sabem como ele morreu? Vocês sabem que ele morreu pobre e que, para a missa de 8º dia, tivemos de fazer uma vaquinha nesta Casa?

Jair Bolsonaro, no seu sexto mandato, teve uma discussão com uma pessoa com a naturalmente não tem afinidade: ele não deve gostar da nossa maravilhosa Preta Gil. Mas daí chamá-lo de racista? E por ele não ter identidade com os homossexuais, chamá-lo de homofóbico? Muito estranho isso. Acho que, antes de exigirmos que os brancos nos respeitem, é preciso que nós negros nos respeitemos.

Gostaria de saber dos nossos irmãos – há poucos aqui dentro – onde estavam que não entenderam a importância da Claudete Alves nesta Casa, que inclusive implantou um feriado na Cidade: o Dia da Consciência Negra, 20 de novembro? Onde estavam os negros, que não votaram na Claudete Alves? Aliás, onde estão os negros, que não nos elegem? Têm vergonha de nós? Os negros, quando se notabilizam, casam com louras e carregam-nas como documentos, como troféus; têm vergonha das negras. É preciso que nós, os negros, nos

respeitemos mais para depois exigirmos que os brancos nos respeitem.

Tudo isso acontece porque a mídia deu tratamento especial para a discussão provocada pelo Deputado Jair Bolsonaro, que foi meu colega. Ele é audacioso, tem coragem, diz o que quer, diz o que pensa, mas já querem cassá-lo porque ele falou que não gosta da Preta Gil e de homossexuais.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO – Não, não... Ele chamou Preta Gil de negra safada e de vagabunda, como Leonel Brizola me chamou de negro safado. Eu o mandei para aquele lugar, e não apareceu nenhum movimento negro para me defender, porque eles estavam todos ligados ao Leonel Brizola.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO – Estou com a palavra. Quando o senhor quiser, pegue o microfone e me conteste.

Nenhuma liderança compareceu para contestar, e foi uma briga pesada. Só faltamos nos meter a porrada um no outro. Ele me chamou de negro safado, e eu respondi a ele, diplomaticamente, e parti para dentro. Então, é preciso que nós nos amemos mais.

Minha gente, está aqui uma figura popularíssima: o meu ídolo e meu colega Tobias, da Vai-Vai. Ele foi candidato. Sabem quantos negros votaram nele? Dois mil, novecentos e oitenta. Quando é que vamos aprender a nos respeitar, senhoras e senhores, para exigir que os brancos nos respeitem? Vocês sabem quantos deputados na Bahia são negros? Dois. Isso é justo? Negro não pode ter vergonha da sua etnia! Negro não pode discriminar sua etnia! Não gostam do Agnaldo porque o Agnaldo tem personalidade? Votem no Joaquim, no Antônio, mas prestigiem nossa raça. É imprescindível que deixemos de ser demagogos e oportunistas. Ninguém foi defender Celso Pitta, que morreu pobre, tachado de ladrão e corrupto. Não concordo com essas coisas que são criadas pela grande mídia, principalmente pela Rede Globo de Televisão, que determina o que devemos fazer, como devemos nos conduzir, quem presta e quem não vale nada.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO – Pode falar o que você quiser. Sou um Vereador eleito, você sabia? Sou um Vereador eleito e me dou o direito de dizer aqui o que eu muito bem queira, gostem ou não gostem. Mas não me tenham como clínico, demagogo ou mentiroso. Muito boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Felta a manifestação do Vereador, temos, além da aprovação da audiência conjunta... Gostaria até de pôr a votos...

O SR. ÍTALO CARDOSO – Presidente, eu queria falar sobre isso também, depois V.Exa. põe em votação.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Outra questão que será submetida à votação é uma moção de repúdio aos comentários preconceituosos e discriminatórios emitidos pelo Deputado Federal Jair Bolsonaro em programa de televisão.

- Palmas no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Registro a presença da ex-Vereadora Ana Martins.

O SR. ÍTALO CARDOSO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Um instante, Vereador.

Sou um brasileiro descendente de árabes. E não é porque algum descendente de árabe comete algum crime que eu vou ajudar a protegê-lo. A única maneira de eu ajudar a construir uma nação é desta forma, não permitindo que um indivíduo seja perseguido porque ele é descendente de árabe, sem cometer nenhum crime, assim como não vou admitir que qualquer afrodescendente seja perseguido e humilhado por sua condição de afrodescendente. Não pode ser assim. Somos brasileiros, temos direitos iguais, a lei nos protege. A lei prevê o crime de racismo. Temos de construir uma sociedade que não permita o racismo, não importando quem o pratique: se deputado, se Vereador, se ocupante de cargo do Executivo. Quem o fizer tem de prestar contas à lei brasileira. Essa é a questão. (Palmas)

Tem a palavra o nobre Vereador Ítalo Cardoso.

O SR. ÍTALO CARDOSO – Saúdo os presentes, as entidades, os Vereadores e Vereadoras. Saúdo o Tobias e a comunidade da Vai-Vai e a parabenizo pelo maravilhoso prêmio, embora a Gaviões não tenha conseguido. (Risos) Lá na Vai-Vai também há muitos corintianos.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, gostaria de parabenizá-lo pela pauta. Pauta necessária, não fosse a tragédia, que estamos acompanhando, ocorrida no Rio de Janeiro pela manhã – que, realmente, é de nos deixar estarecidos, sem saber o que pensar -: uma pessoa doente invadiu uma escola e, até agora, tem-se notícias de 13 estudantes mortos. Isso faz com que calibremos um pouco o papel que nós temos, inclusive num espaço como este, da Câmara Municipal e, mais ainda, numa Comissão de Direitos Humanos. Esta é uma das poucas Comissões da Casa que não trata de tema específico; ela trata da vida, que está acima de qualquer tema: da saúde, do transporte, da educação *etc.* Então, temos uma responsabilidade, pois não assinamos pareceres e projetos, mas, não tenho dúvidas, esta é uma das poucas, se não a única Comissão que pode discutir qualquer matéria. Se entrarmos na Comissão de Meio Ambiente, teremos espaço para discutir. Se entrarmos na Comissão de Saúde – e haja vista a quantidade de pessoas que acabaram de passar em frente a Casa, em manifestação -, veremos que é mais do que urgente a discussão dos direitos humanos. Então, quando se fala em homofobia, em racismo, não dá para aturar.

Por isso, quero fazer um apelo ao Vereador Juscelino Gadelha. Acho que só acrescenta ao currículo desta Comissão poder participar ao lado da Comissão da Criança e do Adolescente para tratar de tema tão importante para a Cidade, que é a eleição dos Conselheiros Tutelares. Acho que é até redundante votarmos essa matéria. O Vereador Juscelino Gadelha não é contra, só acha que não há necessidade. Estou tentando dizer a ele que há necessidade e esse é também central da Comissão de Direitos Humanos. Apelo ao Vereador Juscelino Gadelha em relação ao seguinte: que não se vá à votação, mas que se encaminhe a data e o modo de discutir em conjunto, porque isso é importante.

Então, faço um apelo para que esse requerimento não vá a voto porque é tema

central também da Comissão de Direitos Humanos.

A questão da violência a qual o Deputado Jair Bolsonaro cometeu – e é violência sim – se fosse qualquer cidadão, já seria violência, mas a partir do momento que S.Exa. tem um mandato, o mandato não é só das pessoas que votaram nele, o que ele fala atinge pelo bem ou pelo mal 190 milhões de brasileiros, seja no boteco seja no programa de televisão ou no Congresso.

S.Exa. tem sim responsabilidade porque a questão da luta racial não é um problema só de negros, a questão da luta contra a violência e homofobia não é uma questão só de gays, lésbicas e travestis. Mais uma vez falo do papel central desta Comissão.

Não tenham dúvida de que teremos de discutir outras vezes. Pode trazer a Delegada que fez o levantamento porque na semana seguinte ocorrerá nova violência em algum canto da noite de São Paulo e teremos de voltar a discutir a questão da homofobia.

Não será uma discussão ou duas que resolverá esse problema. Será a conscientização de humanismo, de cidadania, inclusive de quem não é homossexual, até de quem jamais seria, mas tem o direito e a obrigação de respeitar.

Então, queria – com o carinho que tenho pelo Vereador Agnaldo também – tentar continuar esse diálogo. S.Exa. não se corrige, fala mesmo e vai morrer assim, por isso que gostamos dele. S.Exa. é uma pessoa querida na Câmara Municipal de São Paulo porque fala e não tem problema e sai de dentro dele, por isso respeito muito, mas esse tema, Vereador Agnaldo, é nosso também.

Só mais uma vez, pelo amor de Deus, dê-me o crédito nesse projeto do 20 de novembro porque fui eu que assinei a primeira proposta. Embora seja de autoria do movimento social organizado, só apresentei porque militantes do movimento negro e racial vieram aqui e elaboraram e só assinei e apresentei. Então, não é nem do Vereador Ítalo nem da Vereadora Claudete, é do movimento racial da cidade de São Paulo.

Tenho um requerimento. Quando cheguei a esta Casa, logo no primeiro ano o Vereador Chalita era Presidente da Comissão, por um requerimento que apresentei instalamos

a comissão para acompanhar a luta pela abertura dos arquivos da ditadura militar no País – a Comissão da Verdade -, quando ainda nem se falava muito em Comissão da Verdade ainda, mas fruto do trabalho que esta Casa desenvolve desde 1990 quando foi aberta a vala comum de Perus que tive o aprendizado de fazer parte dessa comissão junto com Aldo Rebelo, depois Vital Nolasco, Teresa Lajolo, Júlio César, em função disso existe hoje essa comissão fruto da CPI de 1990.

Como estamos em novo momento desta Comissão, peço aos membros que me deem o prazer de continuar coordenando essa subcomissão, mas faz-se necessário indicar novos membros porque aqueles que estavam, já não estão mais na subcomissão e queremos continuar o debate.

A Ministra Maria do Rosário veio a esta Casa há poucos dias, foi ao Cemitério de Vila Formosa e temos certeza de que o corpo de Virgílio Gomes da Silva, militante, químico, está enterrado lá.

Felizmente, está na pauta nacional a criação da Comissão da Verdade que está tramitando no Congresso, com certeza contaremos muito mais histórias sobre a cidade de São Paulo, por isso apresento o requerimento que esta Comissão indique novamente os membros para constituir a Subcomissão da Verdade para acompanhamento e desde já peço o voto dos companheiros para que eu continue coordenando e, evidentemente, está aberta para quem mais quiser participar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Em relação ao requerimento apresentado pelo Vereador Ítalo que presidiu esta subcomissão por vários anos, queremos dizer que estamos de acordo para V.Exa. ser o coordenador da Subcomissão da Verdade e ...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Vamos colocar em votação as coisas que

estão aqui, inclusive essa que foi a sua proposta.

O SR. ÍTALO CARDOSO – Só encaminhar o requerimento para não votar, se o Juscelino concordar.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – É muito importante essa questão do Vereador Ítalo que foi autor da proposta do 20 de novembro e o nome de uma Vereadora que foi dito aqui.

Entendo que o Parlamento só pode servir ao povo com união de esforços, às vezes é um parlamentar que tem a ligação com a sociedade que faz uma proposta ou teve o vislumbre de elaborar uma boa proposta ao tomar conhecimento de determinada realidade, mas aquilo só pode ficar efetivo – a favor da sociedade – se houver pelo menos uma parcela dos parlamentares e da própria sociedade que apóia aquilo.

Vamos tentar, nesta Comissão, trabalhar na união dos esforços entre Vereadores de diferentes partidos e também com a sociedade.

Agradeço a presença da União dos Negros pela Igualdade, pelo seu Presidente Edson e pelo Presidente Estadual Julião. Agradeço também a presença do Presidente do meu partido no Município de São Paulo, Sr. Wander Geraldo.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Juscelino.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Sr. Presidente, cumprimento a Ana, nossa camarada, respeito muito a sua história; e o Tobias.

Por quem foi escrita essa moção contrária à posição do Deputado Jair?

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Foi escrita por este Presidente e assessores de Vereadores, como o assessor do Vereador Ítalo. Comissão técnica, assessores técnicos.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Também sou favorável a essa moção, mas gostaria de ler para saber se posso dar alguma sugestão. Tivemos prazo para essa reunião, a assessoria junto com V.Exa. escreveram a moção e podiam ter disponibilizado para podermos ler e termos uma visão clara do que estamos aprovando. Não sei o que está escrito na moção.

Ou peço vistas dessa moção e votamos a semana que vem ou lemos a moção para

acrescentarmos pontos.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Acato a sua sugestão e solicito a Vereadora Marta que proceda à leitura.

- É lido o seguinte: (moção de repúdio aos comentários do Deputado Jair Bolsonaro)

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Essa é a moção para a ciência dos Srs. Vereadores e daqueles que participam desta audiência.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Sr. Presidente, a moção está boa e me sinto contemplado, mas também peço a V.Exa. que nas próximas façamos no coletivo não só a moção, mas os requerimentos porque gostaríamos de participar de toda a atividade da Comissão de Direitos Humanos. Só peço a V.Exa. que nas próximas vezes façamos coletivamente. Apoio a moção.

Queria responder ao Vereador Ítalo Cardoso que, primeiramente, aceito continuar na comissão da vida, de busca ao nosso passado. Se esta comissão aprovar subcomissões, estarei dentro dela.

Retiro meu posicionamento a respeito da proposta da Vereadora Juliana Cardoso e de V.Exa, mas também peço que na próxima situação conversemos antes da sessão se iniciar para que haja entendimento. Concordo com o pedido do nobre Vereador Ítalo Cardoso.

- Aplausos na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Agradeço V.Exa. Esta é a primeira reunião de trabalho e certamente estão aceitas as sugestões de V.Exa.

Registro as presenças dos nobres Vereadores Adilson Amadeu e Roberto Tripoli, líder do Governo.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Sr. Presidente, digo que concordo com as palavras do nobre Vereador Agnaldo Timóteo. V.Exa. tem o direito de expressar sua opinião à sociedade. Vivemos em democracia e as pessoas podem concordar ou não. Não concordo com o posicionamento de muitos Srs. Vereadores da Câmara Municipal, mas respeito.

Se muitos apresentassem suas opiniões como V.Exa, a Câmara Municipal e o Brasil seriam melhores. Então, parabênizo V.Exa.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Já passarei a palavra. A Câmara, o Parlamento é o local do contraditório. As pessoas, às vezes, têm opiniões diametralmente

opostas. Uma é distante da outra em 180°. E todos têm o direito ao pronunciamento, a externar suas opiniões.

Agora, quando assumimos o mandato delegado pelo povo, fazemos o juramento da Constituição Brasileira. Então, não é em nome da liberdade individual que a Constituição deve ser agredida, que é a lei maior. Todos nos unimos em torno da Constituição.

Tem a palavra o nobre Vereador Agnaldo Timóteo.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO – Sr. Presidente, considerando que todos nós, seres humanos, somos factíveis de cometer erros em uma discussão; considerando que o Deputado Jair Bolsonaro veio a público e disse que tem um excelente relacionamento com a nossa etnia, inclusive, com pessoa da própria família; considerando que ele se dirigiu a uma pessoa e não à coletividade; considerando que não é justo fazermos de um erro a acusação de um bandido, porque ali é uma acusação, quem é racista é canalha, quem é homofóbico é canalha, peço licença a V.Exa. para não assinar a moção, porque ao que tudo indica, ela se faz profundamente radical, impiedosa e incompreensiva.

Por isso, peço desculpas a V.Exa. e aos demais Srs. Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Passarei imediatamente à votação da moção de repúdio aos comentários do Deputado Jair Bolsonaro. Considero que já foi discutido. Alguém deseja fazer uso da palavra para discutir?

Encerrada a discussão. Passemos ao processo de votação. Como votam os Srs. Vereadores?

O SR. ÍTALO CARDOSO – Favorável à moção.

A SRA. MARTA COSTA - Favorável à moção.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Favorável.

O SR. JUSCELINO GADELHA - Favorável.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO – Contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Voto favorável à moção. Com um voto contrário foi aprovada a moção que será encaminhada.

- Aplausos na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Quero encerrar o processo encaminhado que era o segundo item em votação e já foi discutido. Algum Sr. Vereador deseja ainda discutir a respeito de realizarmos uma audiência conjunta entre esta comissão e a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude?

Por aclamação e consideração ao nobre Vereador Ítalo Cardoso está aprovada a audiência conjunta entre esta comissão e a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude no dia 14 de abril, às 9h. Na entrada da Câmara Municipal de São Paulo será orientado o local a ser realizada a audiência.

Votadas as duas matérias passo a palavra ao nobre Vereador Agnaldo Timóteo.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO – Sr. Presidente, embora com atraso, ainda haveria possibilidade de também apresentarmos a moção contestatória contra a Polícia Federal por ter algemado uma pessoa inocente chamada Celso Pitta, ex-Prefeito desta Cidade? (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – V.Exa. apresenta por escrito.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO – É engraçado. Eu falei uma piada agora envolvendo um negro. Vocês viram? Foi morto de câncer, acusado de corrupto e de ladrão e morreu pobre. Mas, acho que eu disse uma brincadeira.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO – Nada. Nada. Mas, a Rede Globo é quem manda na consciência de todos nós. A Rede Globo diz: “presta e não presta” e o povo só repete.

Sr. Presidente, estou fazendo uma interrogação. Existe alguma possibilidade de apresentarmos também uma moção contestatória à Rede Globo de Televisão pelo mal que fez ao ex-Prefeito Celso Pitta?

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – V.Exa, por direito...

O SR. AGNALDO TIMÓTEO – Ainda existe, Sr. Presidente, possibilidade de apresentar...?

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – V.Exa, não nesta sessão.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO – Claro que não. Sr. Presidente, ainda existe a possibilidade de apresentarmos uma moção contestatória contra a Polícia quando assassinaram um dentista? Parece-me que Mario foi assassinado; colocaram o revólver na mão do rapaz que acabava de se formar para apontá-lo como ladrão e foi preciso que a própria pessoa chamasse...

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Nobre Vereador...

O SR. AGNALDO TIMÓTEO – Estou com a palavra, Sr. Presidente. E a própria pessoa que chamou a polícia teve de declarar depois que aquele não era o personagem que o havia assaltado. Será que poderemos fazer algo, só para mostrar que não nos esquecemos dessas barbáries?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Todos receberam voto popular, assumiram e juraram respeitar a Constituição Brasileira.

Pelo Regimento Interno, todos os Srs. Vereadores podem apresentar qualquer matéria para ser analisada pelos membros da comissão e depois se resolverá através do voto a favor ou contra.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO – Fá-lo-ei na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Esta comissão é de defesa dos Direitos Humanos, da cidadania e da segurança pública. Todas as vezes que essas questões fundamentais ao cidadão brasileiro forem agredidas, a nossa voz estará discordando ou defendendo a opinião contrária, sejam os que defendem a ditadura, sejam os que defendem outras questões até inconstitucionais.

As pessoas têm o direito de falar e defender, mas também haverá a voz dos que não concordam com isso e acham que estão prestando um serviço à nossa sociedade ao contestar essas opiniões. A comissão existe para isso, Srs. Vereadores e senhores líderes presentes.

O Brasil está passando – talvez o mundo – mas, no Brasil existe uma escalada de

crimes de ódio.

Esta Comissão tem de procurar ser um instrumento para esclarecer a população e unir o povo de São Paulo contra os crimes de ódio. Esse é o compromisso dos membros da comissão, pelo menos da maioria dela, seguramente.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO - Aguardo vossa manifestação contra a Albânia, a China comunista...

A SRA. JULIANA CARDOSO - Pela ordem Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) - O Vereador conhece bem o Regimento, já foi deputado federal. V.Exa. tem de pedir a palavra "pela ordem" e aguardar ser concedida pelo Presidente.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO - Desculpe-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) - Tem a palavra a Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO - Obrigada, Presidente. Não quero entrar muito nesse debate, porque temos diversas opiniões, como a do Vereador Agnaldo Timóteo, que respeito, porém não concordo com muitas das indagações colocadas por V.Exa. Não posso deixar de falar, vivemos num país democrático e aqui as pessoas podem ser racistas, do movimento homofóbico ou que sejam. As pessoas têm esse direito.

Quero falar do deputado. Nessa segunda-feira, dia 29, as declarações racistas e homofóbicas do Deputado Federal Jair Bolsonaro, do PP do Rio de Janeiro, coleciona polêmicas, as mais recentes decorrem da declaração preconceituosa em um programa de TV. Foi reeleito Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, em 2010, com 120 mil votos. Entre doações para sua campanha estão muitos militares e seus parentes.

No sexto mandato como Deputado Federal, o ex-militar não esconde a preferência por setores de políticas mais conservadoras, afirmando que prefere o regime de autoridade e que contrapõe ao atual sistema democrático. Defende, ainda, a ditadura militar, a tortura, a prática na época da pena de morte, a redução da maioridade penal e critica, constantemente, a união civil entre os homossexuais.

Então, Vereador, um deputado eleito pelo povo, vir a público para colocar uma situação constrangedora às pessoas, a própria população se levantou. Não foram uma, duas, só o Movimento Negro ou o dos homossexuais. Não! Foram as pessoas.

Por esse motivo, apoio essa moção. Temos de discutir nesta Comissão todos esses assuntos que são polêmicos e, principalmente, contra esse Deputado. Não podemos deixar aquela ditadura do DOPS, que estava matando, vir colocar sua posição no país democrático que vivemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Anuncio a presença do Deputado Estadual Adriano Diogo.

Tem a palavra o Vereador Agnaldo Timóteo.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO – Boa tarde, Adriano Diogo. Prazer em revê-lo. Nobre colega Juliana Cardoso, lembro a V.Exa. que neste regime democrático, um animal jogou gasolina em quatro pessoas, matando-as e dentre elas, um menino de cinco anos. Lembro, também, que nesse mesmo regime o pai matou o filho de cinco anos e jogou no Rio Tietê, porque brigou com a mulher. Mais recentemente, apareceu um policial civil atirando num magrelinho de 15 anos, sem justificativa. Lembro a V.Exa. que uma advogada levou um tiro de raspão e foi jogada no rio para morrer afogada. No Rio de Janeiro, um maluco arrastou uma criança de seis anos, matando-a. E todos os dias acontecem crimes monstruosos no Brasil e no mundo. Todos os dias.

Se houve os excessos do regime militar, não são diferentes dos de hoje.

- Manifestação na plateia.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO – Permitam-me, estou com a palavra.

Se a nossa Ditadura fosse como a de Cuba não teríamos o privilégio de termos o maior presidente da república deste país, que foi o Lula, porque lá ele teria sido assassinado. Lá não se aceita contestação.

A mesma coisa em Cuba, o presidente ainda era o Fidel Castro, mandou matar um

rapaz porque tentou fugir para os Estados Unidos. Essas pessoas que condenam a Ditadura daqui são as mesmas que sempre colocaram o tapete vermelho para a Ditadura de lá.

Onde está a coerência?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Senhores Vereadores e senhores líderes presentes, coloquei no *twitter* que os democratas do Brasil têm de estar alertas, mobilizados para fazer o enfrentamento de opinião, passo a passo, ponto a ponto. Porque existe uma corrente de opinião que - representada pelo Bolsonaro e, eventualmente, até por Vereadores, vocês podem analisar as opiniões - na primeira oportunidade pode golpear o povo. Eles não golpeiam a Democracia porque não têm força para isso.

A sociedade não os aceita, porque usaram do poder que tomaram do povo. O João Goulart foi o presidente eleito e aconteceu todo tipo de barbaridade, de crimes, de roubalheiras. A dívida externa do Brasil era 2 bilhões de dólares e quando acabou o regime militar, em 1985, chegou a mais de 100 bilhões dólares.

Também não podem falar que ajudaram o Brasil, porque cientistas foram presos, expulsos ou fugiram; partidos políticos desapareceram; a sede da União Nacional dos Estudantes foi queimada; o Congresso Nacional foi fechado, porque aquele grupo que estava no poder depois usufruiu de tudo o que o Brasil tinha, sem ninguém poder abrir a boca.

Pessoas do nosso partido se levantaram com a sua coragem, conforme o Vereador Ítalo levantou, como o Virgílio, de São Miguel Paulista, da Nitro Química; a nossa Presidenta da República, ainda juvenzinha, o Deputado Adriano Diogo. Muita gente no Brasil se levantou colocando a sua cabeça a prêmio, saíamos de casa não sabíamos se voltaríamos. A Deputada Ana Martins lutou muito e passou por perseguições.

Reconquistamos a Democracia, mas há setores civis e militares que não estão contentes, principalmente militares da reserva. Promoveram, no outro dia, no Rio de Janeiro, um debate no qual se defendia a Ditadura. Estavam presentes a Sandra Cavalcante, que foi deputada, o Ivis Gandra, um advogado de São Paulo e outros. Isso existe na sociedade.

Segue(m) juntado(s), nesta data,
documento(s) arquivado(s) sob
nº a folha de informação
sob nº

SEM EFEITO

Portanto, com esta audiência, este debate, de acordo com o funcionamento desta Comissão e dentro da lei e do Regimento, nós estaremos unidos nessa trincheira – Marta, Ítalo, Juliana, Juscelino. Nem que seja a última vez que consigamos falar, mas vamos honrar aqueles que ajudaram a reconquistar a Democracia. (Palmas)

Não é pela liberdade, ninguém tem a liberdade de transgredir a Constituição. Não venha dizer que posso falar o que quero porque fui eleito. A Constituição é a lei maior do País. Nós poderíamos ajudar na questão do crime de ódio em São Paulo trazendo vozes equilibradas, pessoas que estudam esse problema, que participam e comungam da defesa de uma sociedade sem discriminação e que poderiam promover um bom debate.

Marcaremos uma data e quero sugestões. Mas creio que poderemos trazer pessoas do departamento que cuida dos crimes de racismo e delitos de intolerância; do Instituto Brasileiro de Criminologia; da Comissão de Justiça e Paz; do Ministério Público e da OAB, por meio de sua Comissão de Direitos Humanos. Dessa forma, iríamos promovendo, aglutinando e conquistando a opinião pública de São Paulo para não levar este tema na chacota.

Há pessoas que fazendo chacota, querem difundir o seu veneno de ódio. Não podemos aceitar isso passivamente. Mas com seriedade, equilíbrio e respeito, dentro da lei, podemos aglutinar pessoas que ficarão alertas, que escreverão aos jornais, darão entrevistas, acionarão autoridades para tomar providências contra os crimes de ódio.

Esse será um ponto de pauta, depois os Vereadores poderão sugerir outros para continuarmos trabalhando até o final do ano.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pela ordem.

Apenas para esclarecimento, a audiência pública em conjunto das Comissões da Criança e do Adolescente e de Direitos Humanos será no dia 14 de abril, às 09h00, no Salão Nobre.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Viva a Democracia. A próxima reunião é neste mesmo dia e horário. Um grande abraço. (Palmas)

Segue(m) juntado(s), nesta data.

documento(s) rubricado(s) sob

nº 28a 63 folha de informação

sob nº 18/08/2011

Alfredo de Campos Adorno

Secretário de Comissão

RF 11.103 - SGP-13



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

folha nº <u>28</u> do processo nº <u>34.004</u> de <u>2011</u> Alfredo de Castro Adorno RF 11.103 - SGP-13

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, SEGURANÇA PÚBLICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS.**

**SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A ABERTURA DOS
ARQUIVOS DA DITADURA MILITAR E SUAS DECORRÊNCIAS.**

São Paulo, 27 de abril de 2009.

REQUERIMENTO

Em atendimento a requerimento aprovado no Plenário desta Comissão durante a reunião ordinária realizada no dia 19 de março do corrente, momento em que foi constituída a Subcomissão em epígrafe, fundamentada no art. 55 do Regimento Interno desta Casa, solicito, dada a relevância dos trabalhos que serão desenvolvidos, que o presente e seus anexos sejam autuados.

Busca-se com essa medida dar organização ao conteúdo que será produzido, bem como garantir forma legal para o seu posterior arquivamento e disponibilização para futuras consultas do seu conteúdo e adequada localização dos seus documentos.

Ítalo Cardoso
Presidente da Subcomissão



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
21º GV

folha nº 29	do processo
nº 39.004	de 2011
Alfredo de Campos Adorno	
RF 11.103 - SGP-13	

Senhor Presidente

Considerando que é preciso resgatar a trajetória dos mortos e desaparecidos políticos do período da ditadura militar;

Considerando que esta necessidade não se restringe apenas aos familiares dos mortos e desaparecidos políticos, mas para a formação das gerações que aí estão e que estão por vir;

Considerando que a Constituição Federal resguarda o direito de acesso às informações contidas nos órgãos públicos;

Considerando que a Lei 8.159 de 1991, a Lei dos Arquivos não foi suficiente para garantir o acesso às informações e que estabeleceu o prazo máximo de sigilo de 30 (trinta) anos para os documentos relativos à segurança da sociedade e do Estado;

Considerando que após a edição da Lei 11.111 de 2005, que estabeleceu que documentos, cujo sigilo é imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, podem ficar indefinidamente vedados à consulta;

Considerando que esta restrição gerou um impasse, uma vez que permanece sem solução a localização dos restos mortais dos desaparecidos forçados;

Considerando que na data de 04 de setembro de 1990, por determinação da então Prefeita Luiza Erundina foi aberta a vala de Perus, localizada no cemitério Dom Bosco, na periferia da cidade de São Paulo, após matéria publicada pelo jornalista Caco Barcelos ao examinar laudos necroscópicos do Instituto Médico Legal sobre violência policial;

Considerando que entre 17 de setembro de 1990 e maio de 1991 instalou-se na Câmara Municipal de São Paulo uma CPI, integrada por quatro Vereadores, entre eles, o, subscritor da presente, para investigar as irregularidades da vala de Perus e que os



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
21º GV

folha nº <u>30</u> do processo nº <u>37.004</u> de <u>2011</u>
Alfredo de Campos Adorno RF 11.103 - SGP-13

trabalhos desta Comissão possibilitaram a recontagem da história onde se desenterrou um passado que os militares e governos quiseram ocultar;

Considerando que o Cemitério de Perus foi construído em 1970, mesmo ano em que os órgãos de repressão foram organizados;

Considerando que os familiares dos mortos e desaparecidos políticos integraram a Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus e que na mencionada vala foram encontradas 1.049 ossadas de indigentes, presos políticos e vítimas dos esquadrões da morte;

Considerando que seis presos políticos deveriam estar enterrados nesta vala, de acordo com os registros do cemitério: Dênis Antônio Casemiro, Dimas Casemiro, Flávio Carvalho Molina, Francisco José de Oliveira, Frederico Eduardo Mayr e Grenaldo de Jesus da Silva;

Considerando que as ossadas foram para o Departamento de Medicina Legal da UNICAMP, para identificação, pois no IML/SP ainda atuavam médicos legistas que assinaram laudos falsos de presos políticos mortos em tortura;

Considerando que até o final de 1992, obteve-se apenas duas identificações de presos políticos cujos restos mortais estavam na vala clandestina do Cemitério de Perus: Dênis Antônio Casemiro, considerado desaparecido, e Frederico Eduardo Mayr;

Considerando que a partir de 1993, com o término do mandato da prefeita Luiza Erundina, nenhum informe oficial sobre as investigações das ossadas foi transmitido;

Considerando que a Comissão Especial dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos, após realizar vistoria nas dependências do DML/UNICAMP, constatou a precariedade do acondicionamento das ossadas e o comprometimento das investigações, pois estas estavam em sacos abertos e sem identificação jogados ao chão sujo de lama, devido à inundação que atingiu o prédio, e com pesados móveis sobre os mesmos;

Considerando que os trabalhos realizados pela UNICAMP não foram concluídos e que em maio de 2001, as ossadas foram transferidas para o Cemitério do Araçá;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
21º GV

folha nº <u>31</u> do processo
nº <u>37.004</u> de <u>2011</u>
Alfredo de Campos Adorno
RF 11.103 - SGP-13

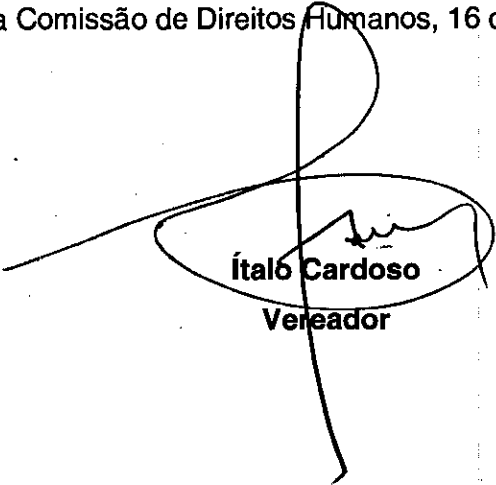
Considerando que a identificação dos mortos e desaparecidos políticos é essencial para a construção da democracia;

Considerando que em 22 de janeiro de 2009, o Ministro Paulo Vanucchi noticiou a abertura dos arquivos da ditadura militar reunidos pelo Governo Federal para consulta via internet para o mês de fevereiro do corrente ano;

REQUEIRO,

em conformidade com os artigos 55 e 56, combinados com as letras "a", "c" e "d" do inciso VIII do art. 47 da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, a constituição de Subcomissão Temporária, competindo ao plenário desta Comissão permanente, a fixação do seu número de membros e sua designação nominal, para acompanhar a abertura dos arquivos da ditadura militar e suas decorrências.

Sala da Comissão de Direitos Humanos, 16 de março de 2009.



Ítalo Cardoso
Vereador

SRM/srm



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
21º GV

folha nº 39	do processo
nº 37.004	de 7011
Alfredo de Campos Adorno	
RF 11.103 - SGP-13	

REQUERIMENTO

Considerando que em 19 de março de 2009 esta Comissão constituiu subcomissão para acompanhar a abertura dos arquivos da ditadura militar e suas decorrências;

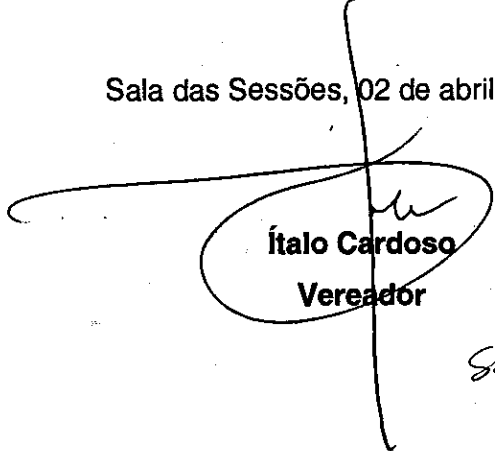
Considerando que em 17 de setembro de 1990 foi instalada na Câmara Municipal uma Comissão Parlamentar de Inquérito, Requerimento 689/90, processo nº 2450/1990 que investigou as irregularidades da vala de Perús, onde havia 1049 ossadas de indigentes, presos políticos e vítimas dos esquadrões da morte;

Considerando que as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito com a oitiva de 82 pessoas, juntada de importantes documentos e a realização de 42 sessões ordinárias, várias diligências, inclusive ao Sítio 31 de março de 1964, constituíram importante instrumento para resgate da história deste período sombrio;

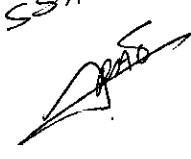
REQUEIRO

em conformidade com o inciso II do art. 46 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo, a deliberação desta Comissão para que os autos da Comissão Parlamentar de Inquérito substanciada no processo nº 2450/1990 que investigou a origem e responsabilidade pelas ossadas encontradas em uma vala no Cemitério Municipal Dom Bosco, em Perús e a utilização dos demais cemitérios de São Paulo para ocultamento de corpos das vítimas da repressão no país, sejam remetidos à Subcomissão ora constituída para consulta.

Sala das Sessões, 02 de abril de 2009.


Ítalo Cardoso
Vereador

SRM/srm

RECEBIDO NA
SECRETARIA COMISSÃO DE DH.




**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

folha nº <u>33</u> do processo nº <u>27.604</u> de <u>2011</u> Alfredo de Campos Adorno RF 11.103 - SGP-13

**SUBCOMISSÃO DA ABERTURADOS ARQUIVOS DA DITADURA
MILITAR**

PRESIDENTE: GABRIEL CHALITA E ÍTALO CARDOSO

RUENIÃO DE INSTALAÇÃO

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 27 de abril de 2009

OBSERVAÇÕES:

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Chalita) - Boa noite.

É com muita honra que realizamos esta sessão de instalação da Subcomissão que vai acompanhar a abertura dos arquivos da Ditadura Militar e suas decorrências. Esta Subcomissão foi proposta pelo Vereador Ítalo Cardoso, Vice-Presidente desta Comissão e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que vai presidir esta Subcomissão também.

Então, quero convidar, para compor a Mesa, o Vereador Ítalo Cardoso; o Vereador João Antônio, membro desta Comissão e Líder do PT na Câmara Municipal; o Vereador Jamil Murad, membro desta Comissão e Líder do PC do B; é com alegria imensa e muito orgulho que convidamos nossa querida Prefeita e Deputada Luiza Erundina; também nosso querido Deputado e Secretário Rui Falcão; o Dr. José Renato Nalini, Desembargador do Tribunal de Justiça e também Presidente da Academia Paulista de Letras; Sr. Cláudio Lúcio de Lima, representando a Defensoria Pública do Estado de São Paulo; com muito carinho e com muito respeito, convido também as pessoas que estão diretamente envolvidas nessa abertura, que fazem parte dessa história de dor, de luta: Maria Amélia de Almeida Teles, Criméia Alice Schmidt de Almeida, Suzana Lisboa, Ivan Seixas - Presidente do Condepe. (Palmas)

Bem, queria dizer rápidas palavras - porque quem vai presidir esta sessão é o nobre Vereador Ítalo Cardoso - sobre a alegria de estar aqui, nesta subcomissão de iniciativa do Vereador Ítalo Cardoso que orgulha muito esta Câmara Municipal pela sua correção, pela maneira competente com que conduz a Comissão de Constituição e Justiça, pelo seu estudo, pelo seu preparo, pela sua paixão por grandes temas. Aliás, este é um tema que empolga todas as pessoas que trabalham com direitos humanos. Acredito ser desnecessário falar a essa platéia sobre a importância desta Subcomissão e sobre a importância da abertura desses arquivos.

Na verdade, as pessoas que sofreram com a Ditadura Militar ou que tiveram

familiares que sofreram sabem o que isso significa. Mas sempre há um perigo grande para um país, para uma nação, de que a história de sofrimento, de dor dessa nação seja esquecida e que os problemas que tivemos no passado possam se repetir.

Isso é um problema muito sério e temos de respeitar nossa história, nossa identidade e fazer com que esses jovens possam conhecer nossa própria História, que possam se orgulhar daquelas pessoas que lutaram pela democracia, que morreram defendendo a liberdade, a democracia, que morreram defendendo o conceito de um país que é de todos.

Quero aproveitar para fazer uma saudação - meio de tiete, de fã - à Prefeita Luiza Erundina, pelo trabalho, pela sua coragem, à época, como Prefeita, e pela sua linda trajetória política.

Sra. Prefeita, nas muitas palestras que dou na área da ética, sempre que vou citar o exemplo de alguns políticos que nos orgulham pela ética, cito seu exemplo, por aquilo que acompanhei de seu trabalho como Prefeita. Nas poucas vezes em que tive a honra de recebê-la como Secretário, eu dizia assim: "Quando a Prefeita Luiza Erundina pede audiência, pode saber que não tem nada de errado: a defesa é correta, a causa é justa. A sensibilidade que ela tem com os problemas sociais é imensa".

A História desta cidade, deste Estado e deste país sempre haverá de lhe fazer justiça, querida Prefeita. Saiba que a senhora tem muitos discípulos. (Palmas)

Quero, antes de passar a presidência ao Vereador Ítalo Cardoso, também passar às mãos dele requerimento que foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos, referente a consulta, pela Subcomissão, dos autos do processo da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as irregularidades da vala clandestina de Perus, onde havia 1.049 ossadas, algumas de presos políticos e vítimas dos esquadrões da morte.

Então, mais uma vez, agradeço a presença de todos.

Agradeço esta honra, Vereador Ítalo, de abrir esta sessão. Passo a presidência para V.Exa., que mais direito e mais competência tem para conduzir os trabalhos. (Palmas)



- Assume a presidência o Sr. Ítalo Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Ítalo Cardoso) - Boa noite.

Quero cumprimentar os componentes da Mesa, na pessoa de nossa Deputada e Prefeita, companheira Luiza Erundina de Souza, pessoa que muito me orgulho de ter chamado aqui hoje para contar, para falar sobre um ato de sua autoria, no dia 4 de setembro de 1990, que determinou a abertura da vala de Perus.

Saúdo também todos e todas na pessoa da companheira Jose, Josephina Bacariça, representante da Comissão de Justiça e Paz, militante de Direitos Humanos, pessoa que também viveu esse processo da ditadura, da luta pela democracia e pessoa que não para de lutar. A idade não é problema, não é impedimento.

Presidente Chalita, saúdo-o também e torno público que, quando o procurei para falar da intenção de abrir esse processo de vigilância da cidade de São Paulo, esse processo de atenção, de posicionamento da Câmara Municipal de São Paulo à frente dessa luta pela abertura nos arquivos da Ditadura Militar, em nenhum momento V.Exa. vacilou: desde o primeiro momento se colocou à disposição e se tornou parceiro para articular, para organizar os trabalhos desta Comissão.

Espero que seja bem breve a existência desta Comissão. Geralmente, as Comissões nesta Casa têm duração de três meses, podendo ser prorrogadas por mais três meses, mas esta tem uma particularidade: foi criada para acompanhar o processo de abertura dos arquivos da Ditadura Militar.

Portanto, o seu tempo está ligado ao do início do processo de abertura dos arquivos. Por isso digo, ex-Prefeita Luiza Erundina, espero que seja muito breve nosso trabalho, que dentro de bem pouco tempo esta comissão deixe de ter necessidade porque sua tarefa principal foi cumprida, que é de acompanhar e brigar pelo início da abertura desses arquivos.

Hoje, para mim, é um momento de muita emoção. Sou remanescente dos



Vereadores que, em 1990, acompanharam essa CPI; eu era o mais novo naquela época e já se vão quase 20 anos. Lembramos aqui da Vereadora Tereza Lajolo que, com certeza, deve estar em sala de aula; dos Vereadores Vital Nolasco, Julio César Caligiuri Filho, Aldo Rebelo, da primeira comissão e depois veio substituir o Vital Nolasco.

Também saúdo e lembro a importância fundamental dos familiares de desaparecidos. Sem eles, com certeza, não teríamos essa história para contar. Esses familiares estavam na Câmara Municipal, na Prefeitura, no cemitério, no Ministério Público e em todos os espaços possíveis de se denunciar. Estavam brigando para que suas histórias fossem contadas. Estão aqui, hoje, o Ivan, a Amelinha, a Criméia, a Suzana, a Rita, o "Espanha", que hoje está na TV Câmara, e tantos outros que nos acompanharam durante todo esse processo. Queríamos que estivesse aqui hoje o Caco Barcellos, pois foi a partir de uma reportagem produzida por ele que, então, surgiu a iniciativa de se abrir essa vala. Lembramos também da Elza Hatori, jornalista do *Diário Popular*, que acompanhou cada momento dessa comissão, não por determinação profissional - óbvio que estava a serviço do jornal -, mas por compreensão política e, não pôde vir por problemas de saúde, mas sentimo-la presente. Gostaríamos de trazer a Elza, durante os trabalhos dessa comissão, para falar da sua experiência porque sabemos que ela também sofreu as consequências da sua ação nessa CPI.

Todos aqueles que acompanharam os trabalhos, em 1990, de forma direta ou indireta, receberam os seus recados, seus telefonemas e conselhos. Que história é essa de querer entrar no sítio 31 de março? O que irão caçar? Quase achamos, vimos buracos no meio da mata com estacas fincadas, casa abandonada, coturno do exército com bolinhas de natal como se fosse uma árvore de natal, mas não achamos a história que fomos procurar, os responsáveis pelas ações ocorridas naquele sítio. Quem sabe, agora. Naquela época não tínhamos o respaldo que temos hoje, tínhamos a Prefeitura de São Paulo e no mais, tínhamos boicotes. Boicotes sistemáticos e determinados.

Portanto, - essa é a nossa intenção - talvez estejamos aqui abrindo o segundo tempo daquele processo. Vamos acompanhar cada passo do processo de abertura desses arquivos, sem esquecer, um único minuto, que a cidade e o Estado de São Paulo são partes fundamentais dessa história que queremos revelar.

Dentro desses arquivos existem histórias de jovens estudantes, que foram mortos porque ousaram desafiar a Ditadura de plantão.

Então, eu saúdo todos e todas e digo que, sem o acompanhamento sistemático, sem a presença sem a parceria das entidades de Direitos Humanos, dos familiares, sem a presença dos órgãos públicos, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Governo Federal e dos órgãos do Governo Federal, da imprensa e também dos militantes que estão em torno dos mandatos, com certeza nós não teremos sucesso. Mas tenho certeza desse sucesso - e a prova maior disso é que estão aqui hoje os familiares dos desaparecidos que já lançaram no sábado, mas aqui hoje também consideramos parte desse lançamento, o *Dossiê da Ditadura*, que é a continuidade desse trabalho, que é o mapeamento desses desaparecidos, por seus familiares, que estão na luta, há tantos anos.

A América Latina está dando o seu exemplo, o Brasil também já deu um passo importante, mas nós sabemos que existem passos mais importantes a serem dados e queremos aqui dar a nossa contribuição. Por isso, sinto-me pessoalmente emocionado por estar presidindo esta Comissão.

De antemão agradeço a parceria e o apoio que o Presidente Gabriel Chalita já deixou claro que dará a esta Comissão, aos nossos trabalhos e que, com certeza, acompanhará conosco.

Então, quero dizer que teremos muito trabalho, muita pesquisa, muitas reuniões a fazer daqui até o término de nossa tarefa, que é o momento da abertura dos arquivos da Ditadura Militar.

Muito obrigado. (Palmas)

Passo, então, a palavra à companheira Criméia Alice Schmidt de Almeida, ex-presença política, enfermeira, Presidente do Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado e membro da Comissão de Familiares de Presos Desaparecidos, que falará em nome dos familiares.

A Sra. Criméia está fazendo a entrega do *Dossiê da Ditadura* ao Presidente Gabriel Chalita.

- Entrega de documento, sob aplausos.

A SRA. CRIMÉIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA – Boa noite a todos. É com imenso prazer que voltamos a esta Casa. Aqui estivemos por ocasião da CPI da Vala de Perus, como bem disse o Sr. Vereador Ítalo Cardoso, e voltamos agora para esta Subcomissão com grandes esperanças de que se abram os arquivos que, há tantos anos, lutamos para ver abertos e, infelizmente, nós só tivemos acesso a um arquivo selecionado, o qual nos foi entregue pelo Governo Estadual, quando a Polícia Federal devolveu o antigo arquivo do DOPS para o Estado de São Paulo e, é óbvio, foi feita uma limpeza nos arquivos.

Mesmo assim, foi-nos possível esclarecer as circunstâncias de algumas mortes, alguns desaparecimentos, principalmente daqueles que a repressão dizia que haviam sido mortos em tiroteio. Pudemos ver as fotos dessas pessoas ainda vivas, torturadas, desmentindo todas aquelas versões oficiais, alegando serem suicidas sentados em vasos sanitários, ajoelhados; quer dizer, em posições impossíveis de ocorrer o suicídio. Essas versões, durante muitos anos, foram oficiais e só através dessa pesquisa nos arquivos do DOPS e do trabalho posteriormente realizado na Comissão Especial dos Mortos Desaparecidos Políticos, criada pela Lei 9.140, que se pôde mudar a versão oficial.

Infelizmente, em relação aos desaparecidos políticos, a Lei 9.140 deixou muito a desejar, porque, ao reconhecer que os desaparecidos políticos eram mortos, não esclareceu as circunstâncias da morte. Passamos a ter acesso simplesmente a um atestado de óbito que dizia: morto em tal ano, segundo a Lei 9.140. Não diziam se foram assassinados, se com tiro, como, onde e até hoje o Estado brasileiro não nos entregou os restos mortais dos nossos

desaparecidos. Deu um atestado de óbito, mas não entregou os restos mortais. A localização desses desaparecidos é um direito nosso, dos familiares. Cabe à Comissão não medir esforços para localizar quando os familiares oferecerem indícios, quando na verdade, esses indícios estão nos arquivos que até hoje não nos foram abertos.

Isso tem nos levado a uma busca muito longa, pois são quase 40 anos e até hoje, desses 136 desaparecidos que foram reconhecidos pela Lei - depois pela Comissão foram incluídos mais alguns desaparecidos -, conseguimos identificar três apenas. Desses quase 140, conseguimos apenas três.

Mas não desanimamos, continuamos procurando, exigindo a criação de uma Subcomissão com o objetivo de abrir os arquivos - e desejamos que sejam abertos. Assim, será muito útil, conseguiremos, a partir dessa abertura de arquivos, identificar outros desaparecidos.

Gostaríamos de contar com o apoio de todos nessa busca, porque esse não é, como às vezes tentam apresentar, um problema afetivo, familiar. Esse é um problema da Nação Brasileira. (Palmas)

Não teremos Justiça, não teremos respeito aos direitos humanos, não teremos respeito à cidadania enquanto neste país houver um desaparecido político, enquanto neste país houver tortura em uma delegacia! Isso tem de acabar!

Obrigada. (Aplausos)

O SR. ITALO CARDOSO – Acaba de chegar a Dra. Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, Procuradora da República em São Paulo, Mestre em Direito Constitucional pela PUC e membro do Instituto sobre Direito da Cidadania e da ONG Ministério Público Democrático, a quem convido a compor a Mesa. (Aplausos)

Agradeço a presença dos alunos da Força Afro Jardim São Pedro; Ednaldo Costa, Chefe de Gabinete do Vereador José Olímpio; Maria Auxiliadora Arantes, Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Rafael Martinelli, Diretor do Fórum Permanente dos Ex-Presos

Políticos do Estado de São Paulo e do Memorial da Resistência; e Henrique Olita, membro da Direção Nacional do Trabalho do PT e da seção brasileira da IV Internacional.

Passo a palavra ao nobre Vereador João Antônio, Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara Municipal de São Paulo, para que faça uma saudação.

O SR. JOÃO ANTÔNIO – Boa noite a todos e a todas. Cumprimento o Presidente, nobre Vereador Gabriel Chalita, que foi determinante, junto com o Vereador Ítalo Cardoso, com a Comissão de Direitos Humanos da Casa, quanto à abertura desta comissão. Saúdo a ex-Prefeita Luiza Erundina, a sempre Prefeita, cumprimento a guerreira, a valente mulher Luiza Erundina. (Aplausos) Cumprimento Rui Falcão e os demais membros da Mesa.

Em rápidas palavras, quero falar da importância desta subcomissão e para isso contarei uma rápida historinha. Eu, membro da Pastoral da Juventude, em 1976, fui convidado por membros da Pastoral Operária para fazer convocação dos trabalhadores da Ford, tempo em que a Ford funcionava no Tatuapé. Estava distribuindo filipetas, assim chamávamos, com dizeres simples: “Convocamos os trabalhadores da Philco Ford para uma reunião na Igreja Cristo Rei para tratarmos de campanha salarial do ano”. Estávamos distribuindo e, de repente, chega uma viatura do DOPS e leva: eu, com 16 anos, mais três padres e alguns membros da Pastoral Operária. Os padres foram liberados em seis horas e também os operários, e eu depois de 24 horas. Simplesmente por estar distribuindo filipeta na porta de uma fábrica, sem qualquer conteúdo ou texto político, só convocávamos os trabalhadores para uma reunião. Esse é apenas um exemplo do que foi a Ditadura Militar neste país. E muitos guerreiros, companheiros, alguns assassinados pela ditadura, outros torturados, sobreviveram. Muitos lutaram até o fim e por isso hoje vivemos num Estado democrático de Direito.

Portanto, quero dizer a todos que a causa dos desaparecidos políticos, a causa dos que foram torturados neste País não é dos familiares, mas uma causa da Nação brasileira. E a Câmara Municipal de São Paulo, ao instalar esta subcomissão, cumpre o seu papel de Legislativo Paulistano no processo de abertura dos arquivos, que é uma dívida que o Estado

brasileiro tem com o seu povo.

Desejo a nós e a todos, sucesso nessa empreitada que, espero, nobre Vereador Ítalo tenha razão, dure pouco tempo.

Muito obrigado! (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Ítalo Cardoso) – Acaba de chegar a companheira Beca, do Sigil. Seja bem vinda. Passo a palavra ao Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD – Boa noite, Presidente Chalita, Presidente da Subcomissão Ítalo Cardoso, Líder do PT na Assembleia Legislativa Rui Falcão, Líder do PT na Câmara Municipal de São Paulo Vereador João Antônio, Desembargador Nalini, nosso amigo. Companheiro Ivan, nossa Prefeita e digna representante do povo na Câmara dos Deputados, Luiza Erundina, Amelinha, familiares. Quero também citar o companheiro do Grupo Trabalho, o Martinelli, a Maico. E vendo a Maico lembro-me de um grande amigo que sempre esteve nessa trincheira, Luiz Eduardo Greenhalg. Há muitos outros companheiros. Minha memória está falhando, eu não me lembro dos nomes para citar, mas os citados representam o conjunto dos companheiros e companheiras presentes.

Esta subcomissão representa, simboliza a luta para a construção de uma sociedade democrática, uma sociedade de justiça em que a lei valha para todos. Os crimes, as arbitrariedades cometidas em determinado momento, os criminosos, os que praticavam todo tipo de arbítrio contra o povo se sentiam protegidos, acreditavam que jamais seriam chamados a sentar nos tribunais. Ao pensarem assim, não leram a História dos povos. Graças ao sacrifício de tantas e tantas mulheres e homens que lutaram para derrubar a ditadura, nós reconquistamos a democracia e levamos a bandeira à frente, bandeira do direito que temos de que sejam abertos os arquivos da ditadura, pois não pertencem a qualquer instituição, mas sim ao povo brasileiro, à Nação brasileira. Esses arquivos têm de vir a público para serem conhecidos e usados em benefício de uma sociedade melhor.

Represento o Partido Comunista do Brasil, o PC do B, e, neste momento, tenho

uma imensa satisfação porque há uma coincidência. Jamais pensei um dia participar desta comissão. Tempos atrás, o Ivan ia fazer debate na zona Leste sobre a anistia, mas não existia anistia. Ele ia falar da importância dela, isso há 30 anos! Casualmente, estou nesta trincheira e queremos dizer que não deixamos companheiros para trás, não arreamos a bandeira da Justiça, porque é um compromisso.

A melhor homenagem que posso prestar àqueles que doaram sua vida para a democracia do Brasil é lutar para que a causa vá em frente, para que consigamos esclarecer os fatos, para que consigamos sepultá-los adequadamente. Fiquei muito feliz em ajudar no sepultamento da nossa companheira Lúcia Petit, velada em determinada época, cujos restos levamos para Bauru.

Sou daqueles que não só cuida quanto a esclarecer ou ajudar a esclarecer o desaparecimento de companheiros de uma determinada luta política. Sou do PC do B. Mas nessas décadas todas, todos os lutadores pela democracia, todos os que sacrificaram, que perderam a vida nessa luta tiveram o meu apoio, contaram com a minha participação e assim será. Estivemos, junto com o Presidente Nacional do PC do B, João Amazonas, já falecido, lá no Cemitério de Perus, para resgatar os despojos do Daniele, que estava sepultado numa vala desconhecida. Foi sepultado então no Rio de Janeiro, na sua terra.

Essa luta é nossa, é pela nossa união. Presto homenagem aos companheiros, às companheiras, às autoridades presentes, porque, com sua contribuição, poderemos fazer Justiça, abrir os arquivos, contribuindo para uma autêntica democracia, porque ninguém fica acima da lei.

Pode contar comigo, Presidente Ítalo Cardoso, porque vamos dar a nossa contribuição e, em conjunto, chegaremos a bons resultados. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Ítalo Cardoso) - Obrigado, Vereador Murad. Passo a palavra à Dra. Eugênia Augusta Fávero, Procuradora da República em São Paulo.

A SRA. EUGÊNIA AUGUSTA FÁVERO – Boa noite a todos, a todas, nobres

Vereadores Ítalo e Chalita, querido Ivan Seixas. Com muita satisfação, vejo esta iniciativa para tentar, de alguma maneira, dar mais um passo na luta em busca da verdade, da memória e da Justiça em relação aos fatos que ocorreram no Brasil no período da Ditadura. Nosso objetivo específico diz respeito principalmente às ossadas de Perus que foram exumadas na década de 90 e até hoje aguardam identificação.

Houve uma CPI nesta Câmara Municipal de São Paulo e uma das iniciativas da equipe aqui reunida, acredito, seja retomar esses trabalhos, buscar ainda mais conclusões, verificações, constatações e responsabilizações pelo que foi feito aqui em São Paulo, com a destruição praticamente da possibilidade de se encontrarem os corpos de guerrilheiros políticos que foram enterrados, ocultados nesses cemitérios públicos de São Paulo. Não estamos falando de uma coisa do passado, repito isso sempre. Ainda hoje há pessoas que são enterradas com nomes falsos, e nós estamos buscando identificar essas pessoas, o que é um trabalho muito difícil, muito árduo e que, a meu ver, não pode se resumir a identificar as ossadas. É preciso responsabilizar aqueles que agiram dessa maneira no Município de São Paulo e no Brasil.

Por isso, parablenzo a iniciativa e sugiro à Casa que inicie seus trabalhos ratificando os relatórios da CPI passada, revisando os seus termos porque eu venho procurando trabalhar com os termos apurados nessa CPI. Apesar de ser um material rico, parece que é um trabalho que está precisando de conclusão. Cópias dos relatórios foram distribuídas em vários órgãos, é preciso – como diz o Ivan – saber o que aconteceu, saber o que fizeram, mas muitos órgãos não chegaram a receber cópias desse relatório.

Por parte do Ministério Público Federal, nós estamos trabalhando com essa documentação, mas ainda há muito a ser feito. Colocamos-nos à disposição – eu e o Dr. Marlon, estamos trabalhando nesse assunto no âmbito federal -, dentro do pouco conhecimento que temos, já que desde há cinco anos estamos atuando no assunto. Sabemos que há pessoas aqui que praticamente dedicaram uma vida ao tema. Mas, dentro do que



podemos contribuir, colocamo-nos à disposição.

Parabenizo, mais uma vez, a Casa pela retomada dos trabalhos e por muitos outros projetos.

Obrigada. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Ítalo Cardoso) - Obrigado, Dra. Eugênia.

Passo a palavra ao Deputado Rui Falcão, Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, para sua saudação.

O SR. RUI FALCÃO - Boa noite a todos, a todas. Saúdo o Presidente Gabriel Chalita, o Vereador Ítalo Cardoso, Presidente agora da Subcomissão, Vereador João Antônio. Saúdo a Deputada Federal, a companheira Luiza Erundina, nossa Prefeita, lutadora, cujo depoimento todos aguardamos. Saúdo os representantes, os lutadores, os familiares de mortos e desaparecidos na pessoa do Ivan Seixas. Também saúdo a Dra. Eugênia.

No ano passado, o Deputado Simão Pedro e eu promovemos, na Assembleia Legislativa - estavam presentes a Dra. Eugênia e o Dr. Marlon -, um ato pela abertura dos arquivos também, embora na ocasião com a presença do Ministro Paulo Vanucci, tivéssemos enfatizado uma outra questão que quero aqui pontuar.

A questão diz respeito à memória, também à verdade, pois trata da responsabilização dos torturadores. É uma questão que ainda está pendente dos processos movidos em São Paulo. Ao nosso ver, faz parte dessa luta a responsabilização de todos os torturadores. É inadmissível que, em outros países, da América do Sul mesmo, tais processos estejam em curso, que já existam torturadores presos, julgados, com direito de defesa, enquanto, no Brasil, tenhamos de, ao mesmo tempo, ver jornais, órgãos da mídia, caracterizando, graduando o caráter da ditadura brasileira, chamando-a de "ditabranda", vermos, ao mesmo tempo, os torturadores impunes, muitos deles morrendo de velhice. Então é importante que prossigamos nessa luta.

Neste ano completamos 30 anos de anistia. É o ano em que a Igreja lançou a



Campanha da Fraternidade com o lema "A Paz é Fruto da Justiça".

Achamos que não haverá justiça no Brasil enquanto não se contar toda a verdade, toda a história daquele período. E não haverá justiça enquanto esses torturadores permanecerem impunes. Portanto, não haverá paz para essa gente. E é essa a nossa disposição.

Espero, Vereador Ítalo Cardoso, que esta Comissão possa ter sucesso em seu objetivo. E a nossa bancada, na Assembleia Legislativa, solidariza-se com os trabalhos, e, no que puder, também ajudará nesse processo de esclarecimento.

Boa sorte para todos nós. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ítalo Cardoso) - Há ainda o Ivan, Presidente do Condepe, e a Prefeita Luiza Erundina. Mas antes vou pedir à Beca que dê um informe bem sucinto sobre uma resolução do CEJIL, que considero muito importante para todos que acompanham a luta dos direitos humanos, e também para que saibam que a nossa luta está ganhando outros países, outras dimensões.

A SRA. BEATRIZ AFFONSO - BECA - Obrigada, Vereador Ítalo. Boa noite a todos, aos integrantes da Mesa e demais autoridades.

Meu nome é Beatriz; meu apelido é Beca, sou do Centro pela Justiça e Direito Internacional. Trata-se de uma ONG internacional que leva para o sistema interamericano os graves casos de violação de direitos humanos que não tiveram uma resolução adequada dentro dos países.

O CEJIL, junto com a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos do Estado de São Paulo, e o Grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, encaminhou, em 1996, uma petição do caso dos desaparecimentos do Araguaia. Esse processo teve um trâmite no sistema interamericano, na Comissão e, recentemente, no final do ano passado, foi encaminhado à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Em geral, todos os casos são da mesma natureza daqueles dos nossos países

vizinhos, cujos governos não cumpriram as recomendações da Corte. Eles têm um foco específico, que é o direito à verdade, à justiça e à reparação integral.

Então queria compartilhar com vocês, porque o caso Araguaia teria algum vínculo com os casos de São Paulo.

E aproveito para parabenizar essa proposição, essa atividade que passa a acontecer, essa retomada, a partir de agora, pela Câmara Municipal de São Paulo, e adiantar que esta é uma atividade que já está atendendo às necessidades do sistema interamericano.

Possivelmente, é uma decisão que vai acontecer em relação ao Brasil, e deve vir em breve, de acordo com o que aconteceu até o momento: ninguém foi responsabilizado; os arquivos militares não foram abertos; e a reparação integral ainda está muito aquém dos parâmetros internacionais. Possivelmente, o Estado brasileiro vai ser responsabilizado.

E o que é importante é que, embora esse caso esteja vinculado aos desaparecimentos acontecidos no Araguaia, uma decisão internacional da Corte Interamericana em relação, especialmente, às ditaduras, estende-se a todas as pessoas que sofreram as graves violações dos direitos humanos durante o período da ditadura, o que significa que os desaparecidos políticos do Estado e da cidade de São Paulo que foram enterrados, especialmente na Vala de Perus, também vão estar incluídos nessa decisão, a qual extrapola os desaparecidos do Araguaia.

A Corte Interamericana vai determinar que o Estado brasileiro encontre os restos mortais e os restitua aos seus familiares, para que possam fazer um ritual fúnebre de todos os desaparecidos do Brasil; também que sejam responsabilizados todos os agentes públicos e privados envolvidos na violação dos direitos humanos, inclusive dos bravos militantes que tombaram em São Paulo.

Então queria compartilhar essa informação com vocês. Essa decisão está em curso. E, sem dúvida nenhuma, a Câmara Municipal está à frente de muitas das iniciativas. Aliás, gostaríamos muito que os outros Estados e o Governo Federal também assim fizessem.



folha nº 48	do processo nº 37.004 de 2011
Alfredo de Carvalho Amorim	
RP 11.103 SGP-43	

No entanto, até agora, não estamos vendo isso acontecer.

Mas, de qualquer forma, é um avanço bastante grande que já pode estar acontecendo. Quem sabe possamos ter um resultado positivo muito antes mesmo de a Corte proferir essa sentença.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ítalo Cardoso) – Quero agradecer a presença da ex-Vereadora Tereza Lajolo, que acabou de chegar. Quero chamá-la para integrar a Mesa. E peço uma saudação muito carinhosa à Vereadora, uma das responsáveis pelo brilhante trabalho desta CPI. (Aplausos)

Passo a palavra ao Ivan Seixas, Presidente do Condepe e ativista histórico dos familiares desaparecidos.

O SR. IVAN SEIXAS – Boa noite às pessoas presentes; ao Vereador Gabriel Chalita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos; e ao o nobre Vereador Ítalo Cardoso, na pessoa de quem cumprimento toda a Mesa.

Gostaria de falar dirigindo-me principalmente para os jovens que estão aqui. O assunto que estamos tratando hoje não é do passado; é muito presente.

Quando se fala sobre a ditadura militar para um jovem, parece se tratar de uma coisa da época dos dinossauros, da pré-história. Não é; trata-se de algo muito presente. Quando se fala em ditadura, as pessoas ficam com a sensação de que o assunto já está acabado.

A ditadura militar, como qualquer ditadura, causa danos à população, ao conjunto da população e aos indivíduos. A ditadura militar teve uma característica um pouco pior. Ela ocorreu de cima para baixo, e se espalhou por todos os cantos do País. Em cada escola, em cada faculdade, em cada fábrica, em cada núcleo habitacional, havia alguém vigiando, alguém informando, alguém produzindo sofrimento. Ao informar para um órgão de repressão que tal pessoa era colaboradora da oposição, essa pessoa era presa; em geral, torturada; e, muitas

vezes, morta.

A CPI das ossadas de Perus é a demonstração mais clara de que não era uma coisa central. Não era do Governo, não era do Exército, era o País dominado capilarmente, em todos os cantos, usando a máquina do Estado para destruir e acabar com a oposição. Mas não só a oposição. Uma das realidades mais cruéis que a CPI das ossadas de Perus enfrentou foi a figura do indigente. E indigente é uma classificação que não é do tempo da ditadura, é anterior. É a coisa mais cruel que se pode fazer com um cidadão; ele deixa de ser gente. Tem apenas a indicação de que é gente: indigente. Essa idéia é tirar do cidadão, da cidadã a sua característica de indivíduo, vira um "nada". Se você - pode ser um milionário - vem a São Paulo, morre num acidente de trânsito e perde os documentos, você é enterrado como indigente, porque ninguém reclama o seu corpo. Se você não tem posses, não tem documentos, você é ninguém. Estou falando no presente. Isso não é só na época da ditadura. É hoje.

Na época, a vala de Perus não tinha só mil e quarenta e nove ossadas, quando fizemos a abertura. Tinha mil quinhentas e quarenta e poucas, mas quinhentas e poucas eram de crianças até 12 anos de idade, que morreram nas epidemias que aconteceram em São Paulo, como a epidemia de meningite que o Governo escondeu, para não mostrar o fracasso que era o seu sistema de Saúde. As ossadas dessas crianças, de até 12 anos de idade, se decompuseram. Sumiram simplesmente. Por isso que se trabalha com o número de mil e quarenta e nove ossadas. Eram de pessoas, seres humanos, cidadãos acima de 12 anos, que estavam enterrados, foram retirados das sepulturas e jogados dentro de uma vala comum. Esse foi o trabalho feito. Foi constatado que o Poder Municipal serviu para acobertar esses crimes. Não só os crimes da repressão política, mas os crimes dos esquadrões da morte, das cruéis epidemias, que se abateram sobre o povo pobre de São Paulo.

O sistema municipal se mantém ainda com as mesmas características. É um pouco mais transparente, mas não é democraticamente transparente. Este é o motivo pelo qual será

reaberta a CPI – proposta do Vereador Ítalo Cardoso: para saber o que foi feito de 1990, 1991, 1992, quando essa comissão funcionou, até os dias de hoje. Quais são os responsáveis, o que mudou em termos de características, de qualidade de serviço à população. Essa é a idéia.

Eu, como Presidente do Condepe, não só como ex-presos político, coloco à disposição da subcomissão tudo o que o Condepe pode fazer. O Condepe é um órgão do Estado, não do Governo. É criado por lei, tem poderes, não está atrelado e nem obedece a nenhuma Secretaria. É um órgão do Estado controlado pela sociedade. As entidades que o compõem é que fazem o Condepe funcionar. E tem poderes de investigação e de encontrar informações.

Por isso, o Condepe – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Estado de São Paulo - coloca a sua autoridade, legitimidade e, principalmente, sua estrutura que é composta, basicamente, por nós, que somos Conselheiros, colocamos toda nossa cidadania, militância cidadã a serviço dessa comissão de acompanhamento da abertura dos arquivos e, principalmente, da reabertura dos arquivos da CPI da Vala de Perus.

Parabéns aos Vereadores Ítalo e Chalita, porque prestam um serviço relevante com essa subcomissão e, principalmente, com a abertura desses arquivos, porque nesta Casa foram ouvidos torturadores, servidores, cidadãos e vítimas. Portanto, esse registro é muito precioso. Não podemos fazer mais uma comissão que ouve, constata e não acontece nada. A idéia de abrir tem todo nosso apoio, para que se fiscalize o que foi feito e, principalmente, o que não foi feito, para que possamos corrigir e, com o apoio do Ministério Público Federal, da Assembléia Legislativa e dos Governos democráticos que temos hoje - porque na época, estávamos ainda vivendo uma construção de democracia e hoje essa democracia está consolidada –, possamos ter condições de fazer um verdadeiro trabalho de apuração, colocando os responsáveis de ontem e de hoje diante da Justiça, para responder pelos seus atos.

Parabéns e muito obrigado por fazerem a abertura desta comissão. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Ítalo Cardoso) - Tem a palavra a Sra. Tereza Lajolo. Todos sabemos da importância da Tereza nesse processo como Vereadora e como militante de Direitos Humanos.

A SRA. TEREZA LAJOLO – Boa noite a todos. O que me deixa mais feliz é saber que nunca deixamos morrer, cair no esquecimento, não só os nossos companheiros, de cujos corpos ainda não temos noção de onde estão, não pudemos fazer o seu enterro, mas nunca deixamos cair no esquecimento toda a história que vivemos.

É fundamental que tenhamos a lembrança. Isso não quer dizer que estamos vivendo só dos “ismos”. Não é nada disso. É que queremos que nunca mais aconteça essa injustiça e que os governos não tentem tomar decisões como as que foram tomadas no período da Ditadura Militar, mas que tenham a coragem, os governos que vierem depois, de tomar a atitude que teve a Frente do Governo naquele momento, quando a companheira Luiza Erundina teve a coragem de revelar, de tornar pública a existência da vala de Perus. Essa foi uma das coisas mais importantes que vi acontecer na minha história de vida e na minha vida parlamentar. Fiquei muito feliz em participar da CPI da vala de Perus.

O Ivan levantava a questão da indigência. É muito interessante que nós, ao longo da CPI de Perus, da qual fui Relatora, fizemos até um livrinho. Descobrimos que o Governo não só torturou, matou, mas também idealizou as situações. Uma delas foi a criação do Cemitério de Perus, que data de 1969. A ideia da existência do Cemitério de Perus era, ainda na planta que, inclusive, está presente no Relatório da CPI, a construção de um crematório. Esse crematório foi articulado, inclusive houve reuniões na América do Sul, com vários países, como ideia do Brasil para que esses crematórios fossem construídos, para que pudessem ser utilizados para o sumiço dos corpos dos indigentes.

É interessante que nos deparamos com uma carta da Dowson & Mason, empresa inglesa especializada na construção de crematórios, estranhando que o projeto de prédio para o forno elaborado pela Prefeitura, era inadequado ao acompanhamento de familiares, além de

graves irregularidades. A carta dizia textualmente: “Parece não haver o *hall* de Cerimônias nesse projeto”. Também, dizia a carta: “Há muitas coisas que francamente não entendemos, mesmo considerando estarmos associados e trabalhando há 15 anos em projetos de crematórios em todo o mundo. Gostaríamos de saber qual o motivo de haver duas enormes portas de vaivém nas posições assinaladas “A” e “B”, porque na maioria dos crematórios, a sala propriamente dita, onde as cremações são realizadas, é mantida algo discreta, mesmo que as pessoas e o público em geral peçam para serem conduzidos até a sala. Seria muitíssimo desagradável que tais portas permanecessem abertas o dia todo e todo dia, a qualquer pessoa do público que por ali estivesse vagando. Alguém poderia presenciar cenas altamente emocionais, que perturbariam os operadores”.

O que fica claro é que a idéia do crematório, inclusive, sem sala de cerimônia, com a porta de vaivém de acesso ao crematório, para despejar corpos dos indigentes, para serem cremados sem nenhuma cerimônia, era de não haver nenhuma preocupação com qualquer situação do indivíduo que está sendo levado para esse crematório. Isso consta, é uma carta que encontramos, analisando vários documentos na Prefeitura, que já estavam no arquivo morto. Descobrimos que essa empresa estava aterrorizada.

“Mas que raio de crematório é esse que vocês estão querendo?” – indagava-se a empresa inglesa. E o Governo já havia retirado todas as ossadas e elas estavam num dos locais lá do velório. Essa empresa não queria construir, eles não sabiam o que fazer, resolveram criar a Vila Alpina, cuja característica inicial era também crematório para indigentes, conforme relatado em documentos e está relatado aqui também.

Só que eles construíram o crematório de Vila Alpina e falaram: “E agora? Se levarmos todas essas ossadas de uma vez, teremos problemas”. Primeiro, transportar os corpos de Perus para Vila Alpina poderia ensejar comentários do tipo: “Que raio de tanto caminhão que passa lotado de coisas, que é isso?” Segundo, foi pensado em queimar os corpos, um atrás do outro, mas isso também chamaria a atenção. “Morreu tanta gente, como é

que é isso?" Como poderiam contornar essa situação?

No momento em que eles estão discutindo essa situação, mais ou menos na data de 1975, 1969 para 1975, em seis anos, eles decidem abrir um buraco e jogar as ossadas que estavam armazenadas no velório para poder sumir com os vestígios.

Graças à vigília permanente daqueles que nunca abriram mão da nossa história, nossos companheiros principalmente da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, é que tivemos condições de, um dia, uma companheira assumir a responsabilidade histórica, um compromisso histórico de revelar para o mundo a existência da vala de Perus, para que pudéssemos conhecer uma história que não era só da tortura, da morte, no DOI-Codi, na Oban ou no DOPS. Era a forma com que eles encaravam os que lutavam contra todo o terrorismo da Ditadura Militar, em todos os aspectos; era a forma com que tratavam o povo, como se fossem "indigentes". Portanto, para eles, a "indigência" podia ser jogada de qualquer jeito, no crematório, através de uma porta de vaivém.

Então, é muito interessante o conhecimento da história da vala de Perus. Foi interessante para verificarmos que não podemos, em qualquer momento, perder de vista a análise real de cada situação que estamos vivendo para ver qual é realmente a forma de qualquer governo que seja encarar a nossa condição de cidadãos e cidadãs.

Muitas vezes, dizem que estão a nosso favor, mas as ações, aquilo que articulam, aquilo que executam e que realmente decidem não são a nosso favor. E não tínhamos noção nenhuma da existência disso. Foi graças à existência da vala e à CPI aqui na Câmara que conseguimos ter noção de que a concepção daqueles que levaram à frente a Ditadura Militar no País era a noção de que todos nós éramos números indigentes e não trabalhadores.

Portanto, manter a cabeça erguida, manter a nossa história viva é revelar a nossa dignidade e lutar para que nunca mais sejamos tratados como indigentes.

Obrigada. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Ítalo Cardoso) - Obrigado, Tereza.

Agora, vamos ouvir uma das responsáveis, se não a maior responsável por estarmos aqui hoje, contando a nossa história. Chamo a Deputada e Prefeita Luiza Erundina para falar.
(Palmas)

A SRA. LUIZA ERUNDINA – Boa noite, companheiros. Quero saudar os componentes da Mesa, composta por protagonistas dessa história, desse passado recente e deste presente de lutas que ainda continua até o dia em que não haja nenhum dado, nenhuma informação de um desaparecido político deste país sem ter sido devidamente revelado e devidamente esclarecidas as condições em que esses brasileiros tiveram de pagar com torturas, com a própria vida e com o próprio desaparecimento o seu compromisso com a democracia, com os direitos humanos e com as liberdades.

Quero saudar a Câmara Municipal, uma Casa pela qual tenho grande carinho, fui membro dela no início da década de 80, junto com a Tereza Lajolo e outros companheiros do Partido dos Trabalhadores, aliás, a primeira bancada do PT nesta Casa. Portanto, devo muito de minha formação política, do meu preparo e conhecimento sobre a cidade de São Paulo aos quatro anos que convivi nesta Casa, não só com os meus companheiros de partido, mas com outros companheiros de partido, no mesmo campo que iniciávamos nossa experiência parlamentar exatamente na Câmara Municipal de São Paulo.

Quero saudar o nobre Vereador Gabriel Chalita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, nosso nobre Vereador Ítalo Cardoso e cumprimentá-los pela iniciativa, pela coragem e pela retomada de uma história – pelo menos em relação à Vala de Perus, há quase 19 anos – que não está de todo concluída, conhecidos todos os fatos que teceram aquela triste história de pessoas generosas que deram suas vidas para que hoje pudéssemos estar aqui, comemorando, celebrando a democracia e reiterando o nosso compromisso com essa mesma conquista, que é uma conquista inalienável e que deve ser preservada a todo custo. Quero saudar nosso Deputado Estadual Rui Falcão, o João Antônio, Vereador do Partido dos Trabalhadores, todos os membros da Comissão dos Familiares de Pessoas Desaparecidas,



comissão essa que deu condições objetivas para a persistência, a garra, a coragem, a ousadia, para que saíssemos do patamar da mera descoberta da vala e pudéssemos trazer à luz o destino de alguns companheiros que haviam sido eliminados no período da Ditadura Militar. Eles estavam desaparecidos, e seus corpos foram encontrados exatamente naquela vala.

Quero saudar o companheiro Vereador Jamil Murad, que foi nosso colega na Câmara dos Deputados, o Dr. Nalini, a Procuradora Regina Augusta e todos os senhores que vieram até aqui nesta noite, com muita emoção.

Tenho dito que, desde o momento em que cumprimos aquela tarefa histórica como Prefeita de São Paulo, se nós, que governamos a Cidade durante aquele tempo, não tivéssemos feito outra coisa, senão ter dado condições para que a verdade sobre a vala de Perus viesse à luz, mesmo assim teria valido a pena.

Estou emocionada e, ao mesmo tempo, agradecida pela oportunidade de retomarmos o curso dessa busca, dessa resposta ainda não dada de todo à sociedade brasileira, em particular aos familiares dos desaparecidos políticos. E é um dever nosso, é uma responsabilidade de quem tem alguma autoridade neste país de se somar à sociedade civil organizada, para que essa verdade venha a ser conhecida por todos os que fizeram e fazem essa história ainda em construção.

No dia 4 de setembro de 1990, foi trazida ao conhecimento público, através de uma reportagem do jornalista Caco Barcellos, a existência de uma vala clandestina no Cemitério de Perus. E eu sabia, como Prefeita, que Perus era um cemitério municipal que tinha sido construído em um local muito distante da Cidade, na periferia bem afastada de Perus, com a finalidade de ser um local inacessível, pouco conhecido da população, para que os heróis e heroínas brasileiras pudessem ser enterrados de forma que nunca pudessem saber disso. Construído exatamente pela ditadura, através dos representantes do governo da Cidade.

Naquela manhã, desloquei-me ao cemitério porque sabia que corríamos o risco, com a divulgação da descoberta daquela vala, do desaparecimento daqueles elementos. Os

médicos do Instituto Médico-Legal ainda estavam vivos, eram os mesmos que deram laudos mentirosos para esconder a verdade.

E lá tivemos a preocupação de autorizar a abertura da vala e retirar o que estava enterrado. As ossadas foram guardadas em um espaço no cemitério onde pudessem ser devidamente tratadas, pois estavam sem nenhuma identificação, em alguns sacos plásticos, e completamente destroçadas pelo barro, etc.

E se criou um clima de muita pressão, pois diziam que, se deixássemos sem vigilância nenhuma, corríamos o risco de não encontrarmos mais nada ali. Inclusive, tive o cuidado de levar os livros de registro do cemitério ao meu gabinete para não correr o risco de esses serem destruídos por pessoas que não queriam que a verdade chegasse ao conhecimento da sociedade brasileira.

Então, houve muita tensão, pressão. A Imprensa, as autoridades, os políticos e muitos familiares, os que haviam militado na ditadura militar, deslocaram-se até o cemitério e nos ajudaram a preservar aqueles restos mortais que passaram a ser catalogados e tratados devidamente por uma comissão, que constituímos, formada de funcionários da Prefeitura, técnicos, peritos do IML, da Unicamp, funcionários do Serviço Funerário do Município, da Secretaria de Governo, e da Secretaria dos Negócios Jurídicos.

Criamos essa comissão ainda naquele dia com a responsabilidade de acompanhar exatamente a catalogação das ossadas e sua organização em um espaço adequado. A partir daí, procuramos o Governo do Estado a fim de fazermos convênio com a Unicamp, pois esta teria condições técnicas, por meio de seu departamento de medicina legal, de fazer as investigações periciais naqueles restos mortais, pois havia indícios e depoimentos de coveiros a respeito desses corpos.

Havia um coveiro que deu um depoimento detalhado e tivemos de escondê-lo, pois ele correu o risco de ser assassinado, inclusive sua família foi perseguida naquela ocasião. Ele relatou que muitos corpos chegavam em camburões derramando sangue pelo caminho, até

chegar na vala. Temos até uma gravação em arquivo para entregar à Comissão do depoimento desse coveiro, como testemunho pessoal do que ele vira durante aquele período todo.

Fizemos o convênio com o Governo do Estado, já que a Unicamp era uma universidade estadual, para fazer uma investigação bastante difícil, detalhada, com muita precisão, porque o instituto não se arriscaria a fazer nenhuma declaração se não tivesse segurança absoluta do ponto de vista científico a respeito daquela investigação.

Também solicitamos que entidades de defesa dos direitos humanos, como a Comissão Justiça e Paz e o Grupo Tortura Nunca Mais, acompanhassem os trabalhos de catalogação e os encaminhamentos que seriam dados a partir daquele momento.

Requeremos também, a presença, o trabalho de um promotor público para acompanhar e apurar os fatos que começavam a ser revelados a partir daquele momento. Havendo suspeita, portanto, de que desaparecidos políticos estivessem naquela vaga clandestina, autorizamos a liberação do local para que as ossadas pudessem ser identificadas. Houve todo um cerco, toda uma vigilância. Desloquei um contingente da Guarda Civil Metropolitana, requisitei força policial para garantir que aquelas ossadas fossem preservadas, não saíssem daquele local e que houvesse condição de se fazer o traslado para a Unicamp.

Esse traslado ocorreu no dia 1º de dezembro de 1990. Portanto, 4 de setembro a 1º de dezembro foi o tempo necessário para que os peritos e aquela comissão pudessem dar um primeiro trato àquele material, àquelas ossadas, para que, com um certo grau de catalogação, pudessem ser transportado para a Unicamp. Isso foi feito no dia 1º de dezembro de 1990. Acompanhei pessoalmente, junto com centenas de pessoas, a remoção das ossadas da vala clandestina do Cemitério de Perus até a Unicamp. Familiares de desaparecidos políticos, representantes de entidades de defesa dos direitos humanos, autoridades, políticos, jornalistas estiveram no Dom Bosco naquela manhã, e os despejos saíram da vala clandestina e foram, depois de catalogados, protegidos por sacos plásticos. As 1.049 ossadas foram trasladadas em três caminhões lacrados para ser identificadas, portanto, pela Unicamp. E acompanharam o

trajeto viaturas da Guarda Civil Metropolitana, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar e outros 100 veículos, que seguiram em comboio até a Unicamp, num ato político, de manifestação pública do que representava aquele fato para a vida do País e, sobretudo, para as forças políticas que haviam resistido à ditadura militar e para os familiares daqueles que haviam sido vítimas da ditadura militar.

Durante aqueles meses todos, mediante aquele convênio entre Prefeitura, Governo do Estado e Unicamp, o trabalho foi acontecendo; e, no dia 8 de julho de 1991 – portanto, no ano seguinte -, fui chamada à Unicamp para receber os primeiros resultados da investigação do Departamento de Medicina Legal daquela universidade em relação às 1.049 ossadas da vala clandestina de Perus. Até ali, o resultado da investigação havia identificado os restos mortais de três desaparecidos políticos. Naquela ocasião, com a presença inclusive de familiares dos que haviam identificados e que estavam no Cemitério de Perus, foi feita uma demonstração científica, com muito detalhe e com muita precisão para exatamente não deixar qualquer dúvida a respeito da verdade e da certeza científica dos resultados daquele trabalho de investigação do Instituto Médico Legal da Unicamp.

Os corpos identificados e revelados publicamente, com nossa presença, naquela ocasião, como Prefeita de São Paulo, no dia 8 de julho, foram: Antônio Carlos Bicalho Lana, Sônia Maria Angel Jones – encontrados, ambos, em sepulturas comuns do mesmo cemitério; não estavam na vala, mas haviam sido sepultados.

De acordo com os registros nos livros, foi possível identificar esses dois corpos em sepulturas isoladas do Cemitério; e Dênis Antônio Casemiro, cuja ossada estava na vala clandestina.

Portanto, foram descobertos três desaparecidos. A partir daquela investigação do Departamento de Medicina Legal da Unicamp, tivemos a certeza e a revelação de que aqueles três militantes de esquerda haviam sido eliminados barbaramente pela Ditadura Militar e colocados da forma como foram, clandestinamente, num cemitério público - construído

exatamente para esconder a verdade sobre os heróis que deram a vida pela democracia em nosso país.

O trabalho continuou. Solicitei a liberação dos artigos do DOPS à Polícia Federal para tentar facilitar o trabalho de identificação. Não tivemos bons resultados daquela solicitação, embora os membros da Comissão de Familiares tenham conseguido levantar - eu diria que de forma até sorrateira, habilidosa e corajosa - alguns documentos num daqueles arquivos que não era o arquivo todo, não era todo o acervo - que ainda hoje não está aberto -, para tentar acelerar e facilitar o trabalho de investigação em relação àquelas ossadas.

No dia 25 de junho de um 1992 - portanto, o último ano de nosso Governo -, estivemos novamente na Unicamp para anunciar a identificação das ossadas de mais três presos políticos desaparecidos durante o regime militar: Frederico Eduardo Mayer, Helber José Gomes Goulart e Emanuel Bezerra dos Santos. Os dois primeiros estavam no Cemitério Dom Bosco.

Aí começamos a procurar em outros cemitérios municipais, não só Perus. Como sabíamos que havia um número grande de desaparecidos políticos, era provável que outros cemitérios do Município, da Prefeitura, pudessem ter sido também utilizados para esconder os corpos dos eliminados nas prisões e nos porões da Ditadura Militar. Exatamente os dois primeiros, Frederico Eduardo Mayer e Helber José Gomes Goulart, estavam em Perus, na vala clandestina. E terceiro foi encontrado numa cova no Cemitério Campo Grande, na zona Sul de São Paulo.

Portanto, conseguimos identificar não só alguns lá em Perus - seja na vala, seja em outras covas comuns -, mas também conseguimos localizar o corpo dessa pessoa, Emanuel Bezerra dos Santos, no Cemitério Campo Grande, na zona Sul de São Paulo.

A versão oficial sobre esses desaparecidos é de que eles teriam sido mortos em confronto com a polícia. Mas os arquivos que vieram a seguir, as informações dos familiares e os desdobramentos que se deram a partir desse esforço de busca de investigação, revelaram a

verdade: alguns deles - que haviam sido tidos como mortos em tal data e em tal local da Cidade -, haviam morrido em data e em local diferente, tendo sido vistos ainda vivos por pessoas que também estavam presas e que assistiram aos últimos instantes da tortura e do sacrifício daquelas pessoas.

Era o caso, por exemplo, de Helber José Gomes Goulart, que não teria morrido no dia 16 de julho de 1973 como eles disseram, conforme notícia de que ele teria sido morto em confronto com a polícia, nas proximidades do Museu do Ipiranga, na zona Sul de São Paulo.

A comissão de familiares dos desaparecidos apurou que Helber, militante da ALN, teria sido preso e torturado em dependências militares e que só faleceu no Hospital Geral do Exército no Cambuci, onde ainda teria sido visto vivo com marcas de torturas. E há até documento que solicita exames no seu cadáver assinado pelo então Delegado-Chefe do Setor de Inteligência do DOPS - Departamento de Ordem Política e Social - de São Paulo, o atual Senador Romeu Tuma.

Portanto, os fatos são muito recentes como fatos históricos, e o que se lamenta é que mataram, torturaram e sacrificaram o que havia de melhor na sociedade brasileira, ou seja, trabalhadores, jovens, mulheres, homens, estudantes, operários, lideranças políticas. Essas pessoas foram eliminadas da forma mais bárbara que se possa imaginar. Na verdade, é impossível imaginar o que sofreram essas pessoas nas mãos dos autores materiais e intelectuais dessas torturas. É lamentável saber que esses autores ainda estão aí, como sempre estiveram, ainda com muito poder. (Aplausos)

Sei que é impossível não se magoar com essa situação, mas renovo nosso compromisso com a verdade histórica, permitindo que as novas gerações conheçam essas histórias para que não tenham dúvidas, quando comentarem esses fatos, de que realmente ocorreram. Porque há, sim, a tentativa de se acobertar essa verdade, mas não podemos permitir que fatos semelhantes aconteçam novamente na história deste país. Por isso, não podemos cessar o empenho e a dedicação com relação à vigilância.



Agradeço à Câmara Municipal, na pessoa desses Vereadores, e quero dizer que estamos juntos nessa questão. Vou procurar os meus arquivos, porque tenho muita coisa que na época foi escondida, para trazer para a Comissão. E não sou apenas eu que sei desses fatos, mas todos nós que temos compromisso com a verdade, com a democracia e com a justiça no nosso país.

Muito obrigada a todos. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Ítalo Cardoso) – Obrigado, Luiza. Foi um depoimento histórico que felizmente está gravado e que, com certeza, nos ajudará na segunda parte deste trabalho. Agradeço ainda a presença de Mercedes Lima, dirigente nacional do Partido Comunista Brasileiro, e faço justiça ao nosso companheiro Arão, que foi nosso assessor durante todo esse processo, sempre presente na Comissão de Direitos Humanos; inclusive depois foi cooptado pela Amelinha para a União de Mulheres. Agradeço também ao Dr. Lúcio, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; ao Dr. José Renato Nalini, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e à Presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo, a companheira Maria Márcia da Silva.

Várias companheiras que estavam reunidas nesta Casa, devido a uma convocação do gabinete do nobre Vereador Jamil Murad, estão fazendo o convite para o lançamento da Frente Paulista pelo fim da criminalização das mulheres e pela legalização do aborto, que ocorrerá dia 11, segunda-feira, às 19 horas no auditório Sérgio Vieira de Mello, nesta Casa.

Não tenho dúvida da tarefa que nos está reservada daqui para frente. Primeiro, com muita alegria já pela disposição dos parceiros de sempre: o Ivan Seixas, que agora é Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – Condepe; a Dra. Eugênia Augusta Fávero, Procuradora do Ministério Público Federal, e o Dr. José Renato Nalini, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Com isso, vimos dando importantes passos nesses anos todos.

Pena que a Luiza não teve muito tempo, porque ela poderia ter contado o triste final

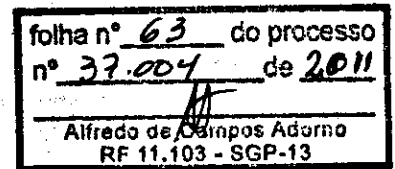
do Fortunato Badan Palhares, que se aproveitou do momento para poder se equipar e negociar informações. Mas, na segunda parte, vamos contar isso, porque essa história de pessoas que não tiveram escrúpulo e se aproveitaram da situação aconteceu depois. Vamos esclarecer essa história e colocá-la no papel para que conste nos Anais e assim para que todos saibam. (Aplausos)

Tenho certeza de que muitos jovens que estão aqui hoje sequer eram nascidos naquela época e devem estar imaginando do que se trata tudo isso, porque só assistiram a essa situação na televisão. Pois é, mas aconteceu e continua acontecendo, o que é mais triste. Hoje, não mais se trata dos militantes políticos, mas dos filhos daqueles que hoje moram em favelas, dos que não têm empregos e dos que sofrem perseguição.

Assim que concluímos o trabalho, em 1991, encaminhamos ofício com cópia do relatório dos nossos trabalhos a todas as esferas, para a Prefeitura, para o Governo do Estado, para o Presidente da República, para o Ministério Público, para a Procuradoria, enfim, a todos que tinham interesse e que tinham algo a ver com o trabalho. Vamos vasculhar nos arquivos para ver se chegaram respostas e quando, mas vamos refazer todos os ofícios para saber o que foi feito em cada situação, em cada instância sobre esses acontecimentos de 1990. Com certeza, isso será parte dos trabalhos que teremos pela frente.

Então, mais uma vez, agradeço a todos a presença – porque todos que compõem esta Mesa são parte dessa história –, o apoio que todos estão me dando na Comissão de Direitos Humanos, na figura do Presidente Gabriel Chalita, e conto com todos os ativistas e militantes em todos esses momentos para que possamos fazer, na Câmara Municipal de São Paulo e na cidade de São Paulo, uma vigília constante e permanente para poder contar a nossa história, que é verdadeira.

Muito obrigado e divulgaremos a agenda das reuniões. Boa noite e até a próxima reunião. (Aplausos)



COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS,
CIDADANIA, SEGURANÇA PÚBLICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Subcomissão de Acompanhamento da Abertura dos Arquivos da Ditadura Militar

Memorando nº 23/2011-DH

Alfredo de Campos Adorno
Secretário de Comissão
RF 11.103 - SGP-13

Lucas Manoel M. T. Alves Soto
Técnico Administrativo
RE 11.234



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha n° 64
do processo 37-4 de 2011 08/05/2014

Lucas M. M. T. Alves Soto
RF 11234

**SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL**

Proc. encerrado com 64 fls.
Arquivado em 08/05/2014
O Funcionário

Lucas M. M. T. Alves Soto
RF 11234